

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LETICIA GONÇALVES

**GOLPE OU REVOLUÇÃO? MOMENTOS DE CRISE DO BRASIL  
REPÚBLICA**

Uma Análise Sobre a “Era Vargas” (1930-1945)

Mariana  
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

G635g Gonçalves, Leticia .  
Golpe ou revolução? momentos de crise do Brasil república  
[manuscrito]: uma análise sobre a "Era Vargas" (1930-1945). / Leticia  
Gonçalves. - 2021.  
49 f.: il.: , gráf..

Orientador: Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Brasil - História - Revolução, 1930. 2. Brasil - Política e governo -  
1930-1945. 3. Brasil. Presidente (1930-1945 : Vargas). I. Pereira, Mateus  
Henrique de Faria. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94(81).08

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Letícia Gonçalves

**GOLPE OU REVOLUÇÃO? MOMENTOS DE CRISE DO BRASIL REPÚBLICA: uma análise sobre a "Era Vargas" (1930-1945)**

Monografia apresentada ao Curso de História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Aprovada em 14 de agosto de 2021.

Membros da banca

Prof. Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira - Universidade Federal de Ouro Preto  
Profª Drª Camilla Cristina Silva - Uniprojeção Ceilândia e Secretaria de Educação do Distrito Federal  
Profª Ma. Maria Ávila Franzoni - Rede Pública de Minas Gerais

Dr. Mateus Henrique de Faria Pereira, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/08/2021



Documento assinado eletronicamente por **Mateus Henrique de Faria Pereira**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 13/01/2022, às 10:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0267898** e o código CRC **989402D7**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000465/2022-71

SEI nº 0267898

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

## **Golpe ou Revolução? Momentos de Crise do Brasil República**

Uma Análise Sobre a “Era Vargas” (1930-1945)

### **Resumo**

Este artigo acadêmico tem por objetivo estudar amplamente os conceitos: de Golpe e de Revolução, e suas apropriações para referir-se ao período compreendido como “Era Vargas” (1930-1945). Levando em conta as disputas entre narrativas, sobretudo, em sua contemporaneidade, sua percepção na atualidade e as consequências dessas escolhas. Realizando, assim, um debate historiográfico acerca do tema. A pretensão não será apontar o termo correto a ser utilizado, apesar de ficar explícito, porque por mais que não seja possível ir contra os fatos históricos, a verdade ainda pode ser subjetiva. Com o sujeito está a memória, a história e o contexto, o que é sensível para um pode não ser para o outro. Além disso, pode haver a negação, a manipulação e a revisão (revisionismo) dos acontecimentos.

### **Resumen**

*Este artículo académico posee el objetivo de estudiar de manera amplia los conceptos Golpe y Revolución, y sus apropiaciones para referirse al periodo entendido como “Era Vargas” (1930-1945). Teniendo en cuenta las disputas entre narrativas, especialmente en su contemporaneidad, su percepción en el presente y las consecuencias de estas elecciones. De esta forma, haciendo un debate historiográfico sobre el tema. La intención no será señalar el término correcto a utilizar, a pesar de ser explícito, porque en la medida en que no es posible ir en contra de los hechos históricos, la verdad aún puede ser subjetiva. Con el sujeto está la memoria, la historia y el contexto, lo sensible para uno puede no serlo para el otro. Además, puede haber negación, manipulación y revisión (revisionismo) de los hechos.*

**Palavras-chave:** Historiografia da “Revolução de 30”; História dos Conceitos; Brasil Contemporâneo.

## **I - INTRODUÇÃO**

Compreende-se que o momento para essa análise é muito propício, tendo em vista o cenário político nacional. O Brasil República possui uma longa história de intervenções, uma vez que, quem não sabe identificar seus erros está fadado a repeti-los. Uma frase clichê, mas que comporta muito bem a história dessa nação. Afinal, o país se tornou uma república através de um golpe militar. Até hoje, de tempos em tempos, se a coisa está ruim, o caminho parece ser a “intervenção”.

A “Revolução de 1930”, a manutenção do governo de Getúlio Vargas em 1937 e o

seu fim em 1945, a “Ditadura civil-militar” e o mais recente, nomeado - “*Impeachment* de 2016”, também sobrevieram de Golpes. E de Golpe em Golpe, se governa o Brasil<sup>2</sup>. Sendo assim, dizer que ainda não aprendemos com os erros e temer pelo futuro, parece

---

<sup>1</sup>Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal de Ouro Preto, e-mail: [leticia.goncalves2@aluno.ufop.edu.br](mailto:leticia.goncalves2@aluno.ufop.edu.br).

<sup>2</sup>"Segundo alguns especialistas, a própria independência do país pode ser caracterizada como um Golpe tipicamente palaciano, comandado pela própria família do governante contra outros setores da sua família." (LOURENÇO NETO, 2020, p. 73).

compreensível.

A defesa recente frente a ditadura e a nostalgia perante às mudanças oriundas do governo Vargas, estão aí para provar. Evidenciando que a forma como foi pensado o processo de transição<sup>3</sup> desses governos, deram margem para isso. Por conta disso, esses momentos históricos se tornam passados que não passam, passados presentes, latências, sempre prontos a ressurgirem.

Portanto, avaliamos como importante contribuir com as pesquisas a respeito dos momentos de crise do Brasil República, fazendo uma separação clara entre os conceitos de Golpe e de Revolução, suas significações, ressignificações e usos ao longo da história do país. Porém com um recorte específico que abrangerá de 1930 a 1945. Um período conturbado da política brasileira, que antecedeu um dos momentos mais obscuros da história nacional - a ditadura civil-militar, no que tange à violência, às repressões, à censura, à liberdade de expressão, à cidadania e à democracia.

Assim, baseamos essa pesquisa nas diferentes apropriações dos conceitos de Golpe e Revolução, dentro da revisão historiográfica sobre a "Era Vargas". Procurando expor, desde a primeira vez que foram usados e quais eram os significados (objetivos), assim como, mostrar, ou levantar a hipótese que - independente do ponto de vista, tanto positivo ou negativo do período estudado, ambas as vertentes podem referir-se a esse momento histórico como Golpe ou Revolução, pois os conceitos sem uma análise mais profunda, possuem ambiguidades, que vão sendo dissipadas através de um estudo minucioso.

Há de salientar que, mesmo na sua contemporaneidade, o Golpe e Revolução estavam presentes, ora implicitamente, e ora explicitamente (no caso do termo Revolução), nas manchetes - que massivamente expressaram seu apoio à ação, em prol de mudanças e a favor do "Bom Governo".

De um Golpe pode nascer uma Revolução, através de mudanças significativas. Para quem positiva o conceito, sua apropriação ocorre por meio da justificativa de manutenção do Bom Governo (da ordem), já referido, na "proteção do Bem Comum". Em contrapartida,

---

<sup>3</sup>Apesar de uma comparação direta para exemplificação, buscando criticar as transições pós 1945 e pós 1979, há de ressaltar que, esses processos de transições foram bem diferentes e não fazem parte de um mesmo período. Inclusive convergindo na questão de passados autoritários ou de fases de graves violações dos direitos civis e das conjunturas. 1945, por exemplo, teve uma anistia restrita, sem o sentido de justiça como no caso da transição ocorrida no período pós 1979. Porém, ambas as anistias tinham como objetivo o esquecimento de certos aspectos mais negativos e a valorização ou construção de memórias positivas, todavia com lógicas distintas. Portanto, a anistia pretendeu atrair o esquecimento das violações do governo de Vargas e das forças políticas policiais da ditadura civil-militar, além do fortalecimento das memórias referentes ao "perigo vermelho", respaldadas pela mobilização de 1935 e reforçadas nos anos ditatoriais. Visando excluir os comunistas do futuro da política desta nação.

para quem o vê de maneira negativa, pode compreendê-lo, baseando-se na ressignificação mais usual, oriunda do séc. XVIII - deposição e/ou retirada de um governo legítimo pela força.

A hipótese principal defendida é que há uma linha tênue entre ambos os conceitos, por conta da compreensão ambígua frente aos mesmos, o que torna complexo definir onde começa e termina o outro. Dificultando a escolha do termo mais coerente para referir-se a cada momento de ruptura, isoladamente, no contexto político brasileiro. Além disso, um tem uma significação mais positiva, usado em apoio a intervenção, enquanto o outro, em contraposição, uma conceituação mais negativa, utilizado por correntes contrárias, para descredibilizar o movimento. Entretanto, existem casos particulares que fogem a essa lógica. (Quando a palavra revolução está relacionada com o comunismo, por exemplo, certamente perderá o sentido positivo).

A apropriação dos conceitos de Golpe e Revolução, para nomear fatos históricos, muitas vezes, ocorrem por meio de narrativas consagradas, baseadas em certos valores, questões ideológicas e sem uma análise amplamente crítica. O que gera disputas, oriundas de tempos de crise do Brasil República. Por isso, separar claramente os conceitos poderá contribuir para a construção assertiva das próximas narrativas advindas desses marcos históricos da História do Brasil.

## **II - O CONCEITO DE REVOLUÇÃO**

O conceito Revolução, presente no texto “*História Magistra Vitae*” (2006) de Koselleck, está ligado à descontinuidade, uma ruptura tanto no campo político, como no econômico, social, cultural e moral. Pode ser pacífica ou violenta, um movimento e mobilização de massas em um período curto. A Revolução, em geral, é rápida e profunda, e vem de uma revolta, de uma verdadeira insatisfação com o cenário vivenciado.

Revolução, segundo Koselleck (2006), pode aludir à desordem, Golpe, guerra civil, assim como, uma transformação de longo prazo, ou seja, mudanças estruturais que atingem profundamente o nosso cotidiano. A Revolução possui uma ambiguidade, já que pode estar ligada à deposições, além de inovações. Vale ressaltar que, a própria palavra Revolução é revolucionária, e muda seu significado de época para época, de país para país, buscando atender as “diversas representações de mundo em permanente mudança.” (KOSELLECK, 2006). Sendo o significado atual e mais usual, um produto linguístico da modernidade.

Revolução pode estar relacionada à mudança, grosseiramente, uma vez que

despolitiza o termo. Koselleck (2006) critica o “esvaziamento” do conceito, ao ser usado de maneira errônea para fins pessoais. Antes, Revolução referia-se a um movimento de corpos celestes, representava um movimento cíclico, restauração e retorno. Para Koselleck (2006), era uma tensão para ganhar privilégios.

Após a Revolução Francesa, "o conceito ganhou um sentido transcendental, tornando-se um princípio regulador tanto para o conhecimento quanto para a ação de todos os homens na resolução." (KOSELLECK, 2006, p. 69). O conceito também alterou a noção de temporalidade. Afinal, a Revolução em si, acelera tudo, cria uma lacuna no tempo, arrancando o passado do homem e retirando seu sentido no presente.

No "Dicionário de Política" de Bobbio (1998), a palavra Revolução é associada à rebelião, ao Golpe de Estado e até à violência, representando a tentativa, geralmente violenta, de derrubar as autoridades políticas vigentes e ascender ao poder, com o objetivo de realizar mudanças profundas tanto nas relações políticas, como na esfera jurídico-constitucional e socioeconômica.

Revolução se difere de rebelião ou revolta por ter um limite geográfico circunscrito. Em geral, a maioria é ausente de motivações ideológicas, assim, não tem por objetivo "a subversão total da ordem constituída", mas busca retornar "aos princípios originários que regulavam as relações entre as autoridades políticas e os cidadãos, e visa satisfação imediata das reivindicações políticas e econômicas." (BOBBIO, 1998, p. 1121). Possuindo um sentido de restauração. Já no caso da rebelião, ela pode ser abandonada com a substituição da autoridade política e ou mediante concessões econômicas.

No caso da comparação entre Golpe de Estado e Revolução, o Golpe pretende substituir as autoridades políticas dentro do quadro institucional, sem quase alterar os mecanismos políticos e socioeconômicos. Focando na separação entre rebelião e Golpe, a rebelião ou revolta é um movimento popular, enquanto o Golpe de Estado é uma ação realizada por poucos homens pertencentes à elite, sendo de "caráter essencialmente cimeiro".

A tomada do poder pelos revolucionários pode ocorrer através de um Golpe de Estado, mas ela só se efetiva como Revolução mediante às mudanças nos sistemas político, social e econômico. Os movimentos de ordem coletiva que objetivam mudar as estruturas políticas e socioeconômicas, simultaneamente, podem ser divididos em três categorias. Com base nas intenções dos revolucionários poderá ocorrer uma Revolução de massa ou em sentido estrito, quando se tem a pretensão de "subverter fundamentalmente as esferas política, social e econômica." (BOBBIO, 1998). Dentro desta situação, há uma ampla

participação popular, com prolongada luta e violência interna. Em comparação,

No caso de um Golpe de Estado reformista, os insurretos têm em vista mudanças mais ou menos importantes na estrutura da autoridade política e transformações sócio-econômicas limitadas, a participação popular é escassa, a duração da luta breve e o nível de violência bastante baixo. Enfim, quando ocorre um Golpe de Estado palaciano, os insurretos visam unicamente substituir os líderes políticos, a participação popular é nula, a duração da luta brevíssima e a violência interna provavelmente limitadíssima. (BOBBIO, 1998, p. 1122).

Por tanto, para Bobbio (1998), a nossa definição de Revolução é restritiva, uma vez que, considera o processo revolucionário uma ação que provoca, ao mesmo tempo, transformação socioeconômica. Entretanto, ainda se deve levar em conta quando os insurgentes não saem vitoriosos. Como quando dividem o poder e não conseguem se estabelecer como único, diante dos dirigentes do período pré-revolucionário e acabam saindo derrotados. Há também revolucionários que alcançam o poder, mas não são capazes de concretizar as mudanças radicais desejadas, quer por fraquezas ou por condições contrárias.

Historicamente a violência está inserida na Revolução, pois as autoridades não costumam abrir mão de seu poder sem antes resistir, obrigando os revolucionários a obter o desejado pela força. Outro motivo é que as mudanças propostas através da Revolução não costumam ser aceitas pacificamente, pois pode significar a perda de riquezas, ou seja, as classes dominantes são prejudicadas. E a história revela que essas classes irão ao combate. Então, vitoriosa ou não, para a Revolução a violência parece ser inevitável.

Para alcançar o objetivo ou ter maior possibilidade para tal, os revolucionários deverão conseguir apoio popular contra as autoridades. Estas, por sua vez, se valerão dos métodos coercitivos disponíveis - polícia, exército, tentando acabar com o conflito, que durará mais ou menos tempo, dependendo do número de envolvidos em cada lado, intensidade, estratégias, armas e outros. Uma certa paridade irá prolongar o confronto e dinamizá-lo.

Na contemporaneidade a paridade é muito mais difícil, visto que os instrumentos de coerção das autoridades políticas são diversos, numerosos e aperfeiçoados, sendo necessário uma afiliação de segmentos distintos da sociedade e massivo à Revolução, para esta ser capaz de fazer frente. Segundo Bobbio (1998), não é arriscado afirmar que "em toda Revolução, vitoriosa ou não, há momentos mais ou menos prolongados de guerra civil." (p. 1122). Na modernidade o que caracteriza a Revolução é

A divisão da sociedade em dois grupos antagônicos, que lutam por manter ou conquistar o poder, com a particularidade de que, se vencerem, os 'revolucionários' provocarão profundas transformações na própria esfera socioeconômica. (BOBBIO, 1998, p. 1122).

Na história política, o conceito de Revolução é recente, desconhecido dos grandes filósofos gregos, como, Platão e Aristóteles. Para estes, as sucessões entre as várias formas de governos se baseavam em sequências cíclicas, e mudanças na composição das autoridades, e não necessariamente em mudanças fundamentais de âmbito social ou econômico. Aristóteles enxergava a oposição entre os interesses da plebe e da elite, contudo, não chegou a conceber a possibilidade de uma mudança ou avanço nas relações políticas entre os homens dentro dessa comunidade.

O conceito de Revolução também era desconhecido dos escritores romanos antigos, como, Tácito e Políbio, apesar de se interessarem pelas mudanças rápidas e violentas advindas das autoridades políticas, sem se estender às massas, sem mudanças socioeconômicas, referindo-se mais a um Golpe de Estado.

Na Itália renascentista o conceito também era desconhecido, sobretudo no seu sentido atual. Até mesmo porque, Maquiavel, por exemplo, era leitor dos clássicos latinos. A palavra Revolução surgiu na Renascença, para referir-se "ao lento, regular e cíclico movimento das estrelas, como que a indicar que as mudanças políticas não se podem apartar de 'leis' universais e implícitas." (BOBBIO, 1998, p. 1123).

No século XVII, Revolução vai se apresentar como um termo político para indicar "o retorno a um estado antecedente de coisa, a uma ordem preestabelecida que foi perturbada."<sup>4</sup> (BOBBIO, 1998). E assim compreendeu-se a Revolução Inglesa - fim da guerra civil e restauração da monarquia. De início, as Revoluções - Francesa e Americana, não foram concebidas como algo novo ou inédito, mas também uma volta a um estado de ordem perturbado pelo desgoverno das lideranças políticas.

A Revolução Americana, na realidade, teria sido um bom exemplo de uma guerra de libertação nacional ou anticolonial, onde o povo buscou independência. Foi longa, mas não obteve mudanças fundamentais no que tange ao socioeconômico da nação. Mesmo após a "Revolução", ainda havia contribuintes da Coroa Inglesa na América. Todavia, a mudança política que possibilitou a federação, sobreveio por meio das elites coloniais que se tornaram as elites políticas americanas. Por isso, no sentido americano, Bobbio (1998) acredita que o termo "guerra de libertação nacional", abarca melhor a realidade passada, do que Revolução.

Sendo assim, diante desses exemplos acima, uma Revolução no sentido mais ideal

---

<sup>4</sup>Pontos já apresentados anteriormente em Koselleck (2006) e reforçados com Bobbio (1998), abrangendo o sentido de restauração.

expresso no “Manifesto do Partido Comunista”<sup>5</sup>, que consistiria na tomada do poder pelo povo, ainda não se materializou dentro de uma compreensão unânime e concepção universal.

### III - O CONCEITO DE GOLPE

André de Lemos Freixo, em seu trabalho produzido durante a mesa intitulada "Sobre o Conceito de Golpe" (2018), realizada no Instituto de Ciências Humanas e Sociais, salientou que a expressão Golpe deriva do conceito político "*Coup d'Etat*", ou simplesmente, Golpe de Estado.

Com relação ao Golpe de Estado, ele sempre está associado à questão política, de ética, jurídica e histórica. E como qualquer conceito, ele não é estático, reflete interesses políticos e ideológicos. Em concepções mais antigas, precisamente, antes do século XVIII, o Golpe estava ligado ao “bom governo”, visando impedir um “mal maior”.

Voltando ao texto de Freixo (2018), ele aponta que Alvaro Bianchi observou ainda no século XVII que o Golpe de Estado existia em prol da Razão do Estado, como ações arrojadas e extraordinárias que os príncipes praticavam perante ao desespero e diante de situações difíceis, contrariando à lei comum, sem manter a ordem e justiça, deixando de lado o interesse particular a favor do "benefício do bem público". Logo, não haveria propriamente uma distinção entre Estado e Monarca, portanto, o ato do Golpe levava em conta o sujeito (Monarca) e os "meios excepcionais", para obter o poder ou mantê-lo.

Para Naudé, referenciado em Napolitano (2019), o Golpe de Estado pode ser compreendido como, “ação audaz e extraordinária”, usada em momentos de “perigo” para o Estado instituído e legítimo. Assim como, para preservar o “bem comum”, que por vezes, acaba sendo confundido como o próprio Estado. No absolutismo, o rei poderia ser o responsável (possuía poder suficiente), por “desencadear, conduzir e limitar”, tal ação.

---

<sup>5</sup>É um dos tratados políticos de maior influência mundial, escrito pelos teóricos Karl Marx e Friedrich Engels. Sua produção se deu em um momento pertinente, em que as autoridades das maiores potências europeias começavam a enxergar o socialismo científico como uma corrente ideológica e política perigosa. A Europa vivia um momento de revoluções e progresso, sobretudo industrial. Por isso os autores desse manifesto analisaram amplamente a Revolução Industrial no seu esplendor (contemporaneidade). Assim como, expressaram vários pensamentos comunistas, seus princípios e objetivos, reivindicando uma reforma social. No tratado criticaram amplamente o modo de produção capitalista e como a sociedade se estruturou através dele. Além disso, apresentaram que a burguesia criou sua própria arma de destruição, o proletário, capaz de reverter esse quadro instaurado através de uma verdadeira Revolução.

Resumidamente, essa visão de Naudé (NAPOLITANO, 2019) que se assemelha a de Alvaro Bianchi (FREIXO, 2018), apresenta o Golpe de Estado, como, um meio neutro, que assegura a sobrevivência coletiva, “à custa da justiça e liberdade de alguns.” (FREIXO, 2018). Por isso é legítimo e se “justifica”, porque busca a preservação da sociedade. Essa significação do conceito, é contrária às ideias contidas e defendidas pela constituição, democracia e liberdade, fortificadas no século XVIII. Logo, na atualidade, o conceito adquire uma nova relação com as questões políticas e sociais, e passa a ser compreendido, simplificada, como uma derrubada política e ou do governo, pela força.

Para apresentar outro ponto de vista a respeito desse conceito, no "Dicionário de Política" de Norberto Bobbio (1998) é apresentado que a significação atual de Golpe de Estado é muito diferente de sua referência há três séculos atrás, mudando até mesmo seus atores (quem faz) e suas formas (como se faz). Contudo, uma parte se manteve - um Golpe de Estado, em geral, é realizado "por órgãos do próprio Estado." Para tanto, Bobbio (1998) irá explicar melhor as mudanças, e a permanência de traços da sua antiga significação.

Mais uma vez, o referencial teórico utilizado foi Naudé (BOBBIO, 1998) - para esse estudioso o "Golpe de Estado tem as mais variadas acepções e chega até a confundir-se com a 'Razão do Estado.'" (NAUDÉ *apud* BOBBIO, 1998, p.545). Pensamento que vai de encontro, novamente, com a reflexão sobre o conceito realizada por Alvaro Bianchi. Os vários exemplos citados por Naudé (BOBBIO, 1998) referente ao Golpe de Estado, revelam que ele está associado a um ato realizado por uma autoridade para obter ainda mais poder para si. Realizada de forma a ser uma surpresa frente a quem sofrerá as suas consequências, para assim evitar sua reação.

Bobbio (1998) ressalta que, o termo foi se precisando com o advento do constitucionalismo, através da vigência deste, pois apresenta a "referência às mudanças no governo feitas na base da violação da constituição legal do Estado", de forma agressiva pelas autoridades que possuem o poder político.

Golpe de Estado não tem um modelo ou sentido único, ele abarca a particularidade de quem o faz e como se faz, e pode se desenvolver através dele um governo restrito, mas em partes, democrático, ou uma ditadura - com maior restrição. Bobbio (1998) ainda traz que ocorreu uma proliferação de Golpes, nos anos iniciais da década de 1970, onde mais da metade dos países do globo possuíam governos advindos de Golpes de Estado, tornando esse ato "habitual" na sucessão entre governos, mais do que as apropriadas eleições ou sucessão monárquica, naquela época.

Atualmente os atores dos Golpes mudaram, agora, em sua maioria, eles são "os

titulares de um dos setores-chaves da burocracia estatal: os chefes militares". Sendo assim, o golpe militar tornou-se o mais frequente Golpe de Estado. Explicitando de forma clara, o golpe pode vir: 1 - de um soberano; 2 - de um titular ou titulares do poder político legal e; 3 - de um setor de funcionários públicos como, os militares.

Entrando na questão de como realizar um Golpe de Estado, diferente das guerrilhas ou forças revolucionárias que buscam desgastar, aniquilar ou derrotar as forças armadas ou políticas do Estado. O Golpe como salientado acima, não é realizado somente por funcionários do Estado, mas também se vale de elementos do aparato estatal. Isso mostra a distinção entre Golpe de Estado e uma insurreição, que caso não seja bem organizada, estará praticamente fadada ao fracasso perante a tentativa de derrubar a autoridade política do Estado moderno. Como Malaparte (1931) advertiu, atacar as sedes do parlamento ou dos ministérios na atualidade é ingenuidade.

Bobbio (1998) argumenta que o aparelho tecnológico do Estado moderno é a base da sua força e da sua fragilidade. Os técnicos encarregados por seu funcionamento e vigilância, e o Estado, acreditam na manutenção desses serviços mesmo diante de insurreições ou guerras internas. Tarefa assegurada pelas forças armadas e policiais.

Como o primeiro objetivo do Golpe de Estado é conquistar os centros tecnológicos estatais, para alcançar o desejado, é necessário que as forças apresentadas anteriormente, sejam neutralizadas através do desgaste (com uma guerrilha ou guerra revolucionária), ou obtendo a ajuda de setores-chave dessas forças. Como última opção, neutralizar as forças armadas implicando em um apoio passivo ao Golpe de Estado.

Embora isso possa ser considerado um objetivo final, mais do que simbólico, o primeiro objetivo, para coroar de êxito o Golpe de Estado, é ocupar e controlar os centros de poder tecnológico do Estado, tais como as redes de telecomunicações, o rádio, a TV, as centrais elétricas, os entroncamentos ferroviários e rodoviários. Isso permitirá o controle dos órgãos do poder político. É esta característica indiscutível do Golpe de Estado que nos coloca diante da pergunta: quais podem ser possíveis protagonistas do fenômeno hoje em dia. (BOBBIO. 1998, p. 546).

Para Edward Luttwak (BOBBIO, 1998): "o Golpe de Estado consistiria na infiltração dentro de um setor limitado, mas crítico, do aparelho estatal e na utilização dele para privar o governo do controle dos demais setores". Ponto que para Bobbio (1998) é mais abstrato e não totalmente verídico, pois,

Apesar do próprio Luttwak sublinhar que hoje o Golpe de Estado se faz basicamente utilizando setores-chaves do sistema — empregados estatais de carreira, forças armadas e polícia —, sua tese de que bastaria a infiltração num destes setores críticos, mesmo que seja da parte de um pequeno grupo não militar, não é confirmada pelos exemplos mais modernos. Antes de tudo, não existem Golpes de Estado baseados apenas na burocracia ou na polícia, se excetuarmos pequenos Estados, onde a polícia é a única força armada. Além disso, a existência de

aperfeiçoadíssimos serviços de informação em cada um dos setores das forças armadas, o rígido controle que elas exercem sobre oficiais, tanto da própria como das demais armas, implica que a mera infiltração de um grupo não militar não é suficiente para influenciar um grupo de oficiais. Hoje não existe Golpe de Estado sem a participação ativa de pelo menos um grupo militar ou da neutralidade-cumplicidade de todas as forças armadas.

Na grande maioria dos casos, o Golpe de Estado moderno consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa e reduza, de maneira geral, a violência intrínseca do ato com o mínimo emprego possível de violência física. (BOBBIO, 1998, p.546).

Retornando ao ponto de vista de Malaparte (1931) sobre o tema, para ele o Golpe de Estado não é mais um problema de ordem ideológica, de natureza social e nem econômica, mas se configura como objeto da teoria política, um problema de natureza técnica. Isso revela que o problema do governo, não é apenas um problema de autoridade do Estado, mas também de liberdade, ou seja, a tomada de poder para Malaparte era o objetivo, onde os que praticavam o Golpe justificavam a deposição do governo anterior pela incapacidade e irresponsabilidade, em prol de um Estado forte, centralizador, que organiza a vida política, econômica e social.

Diante disso, os defensores desse Estado absoluto estavam se colocando contra o perigo do comunismo, por exemplo. Uma vez que, apresentam ideias divergentes. Para os fascistas, também em análise comparativa, no Estado tudo, nada fora e nem contra ele, já para os comunistas: onde há liberdade, não há Estado.

Para Malaparte (1931), o Estado Moderno trouxe novos problemas para a manutenção de si próprio, compreendendo que nem as forças armadas teriam a capacidade necessária para evitar ataques externos ou internos contra a soberania nacional. Essa questão da defesa do Estado e da democracia constitucional favorecia o Golpe em benefício da segurança. Então, o "Estado Moderno seria parte do problema e não da solução" (MALAPARTE, 1931), e portanto, favorável ao Golpe, mais do que voltado à ordem dentro de suas próprias instituições. Complementando a visão de Malaparte, para Freixo:

Uma crise institucional, greves, problemas políticos, econômicos e sociais, fornecem uma espécie de índice barométrico das expectativas e medos que permitem a troca da liberdade por 'segurança' num piscar de olhos. (FREIXO, 2018).

Luttwak referenciado em Freixo (2018), por sua vez, não caminha a favor do pensamento de Malaparte apresentado acima. Analisando o antigo "Terceiro Mundo", ele mostra que o aparato institucional do Estado é como uma força repressora contra as insurreições populares. Para isso, reforça sua ideia já apresentada neste artigo, que se baseia no controle dos meios de comunicação, das estradas, das fábricas, dos meios de transporte,

órgãos de vigilância e informação, armamentos, pelo próprio Estado. E conclui que as greves, por exemplo, foram enfraquecidas no séc. XX, não contribuindo mais para uma deposição do governo. Por isso, para Luttwak, o Estado não é tão vulnerável ao Golpe.

Voltando ao trabalho de Bobbio (1998), em seu dicionário ele também reserva um espaço para distinguir o conceito de Golpe de Estado do conceito de Revolução, pois desse debate se valem muitos estudos sobre o assunto. A Revolução resulta em mudanças que trazem novo ordenamento político e jurídico. Em contraponto, o Golpe de Estado realiza mudanças menores, por isso Bobbio (1998) aponta que o Golpe é considerado por alguns estudiosos como, uma "Revolução Menor". Mas a diferenciação não é tão simplesmente assim,

Kelsen já demonstrou na teoria geral do direito e do Estado como o próprio Golpe de Estado instaura sempre um novo ordenamento jurídico, dado que a violação da legalidade do ordenamento precedente implica também na mudança da sua norma fundamental e, por conseguinte, na invalidação de todas as leis e disposições emanadas em nome dela. Por outras palavras, o Golpe de Estado implica na instauração de um novo poder de fato, que imporá por sua vez a legalidade. Este poder de fato poderá também, se assim quiser, convalidar todas as leis e providências resultantes do ordenamento anterior, mas o ordenamento jurídico deverá considerar-se novo por ter mudado o motivo de validade. E é por estas razões que, segundo o direito internacional, o Governo criado por um Golpe de Estado tem de pedir um novo reconhecimento dos outros Estados. (BOBBIO, 1998, p. 547).

Contudo, essa citação não tem por objetivo demonstrar que o Golpe de Estado produz mudanças nas relações políticas, econômicas e sociais, uma vez que a experiência histórica tem mostrado o contrário, e nem somente mostrar que no aspecto jurídico não há tanta diferença entre os conceitos de Golpe de Estado e de Revolução.

Outros pesquisadores acreditam que o Golpe seja uma Revolução no que tange ao direito e não no aspecto político, definição que para Bobbio "não oferece princípios operacionais para ulteriores aprofundamentos." (1998, p. 547). Para evitar chegar a uma estrada sem saída, Bobbio (1998) salienta através de exposições do tipo jurídico e a polêmica do Golpe de Estado estar associado à direita, como um método para conquistar o poder político, que alguns doutrinadores definem o Golpe como neutro e que pode ser o primeiro passo de uma Revolução, em questões sociais e econômicas. Mas que só será expresso, ou não, como tal, através das ações futuras de quem ascendeu ao poder.

1)Na tradição histórica, o Golpe de Estado é um ato efetuado por órgãos do Estado. Em suas manifestações atuais, o Golpe de Estado, na maioria dos casos, é levado a cabo por um grupo militar ou pelas forças armadas como um todo. Num caso contrário, a atitude das forças armadas é de neutralidade-cumplicidade.

2)As consequências mais habituais do Golpe de Estado consistem na simples mudança da liderança política.

3)O Golpe de Estado pode ser acompanhado e/ou seguido de mobilização política e/ou social, embora isso não seja um elemento normal ou necessário do próprio Golpe.

4) Habitualmente, o Golpe de Estado é seguido do reforço da máquina burocrática e policial do Estado.

5) Uma das consequências mais típicas do fenômeno acontece nas formas de agregação da instância política, já que é característica normal a eliminação ou a dissolução dos partidos políticos. (BOBBIO, 1998, p. 547).

Logo, o Golpe constitui em um método para se chegar ao poder, sem conotações políticas ou socioeconômicas, definição ligada ao estudo de configuração do Golpe de Estado sem a abordagem de suas consequências, principalmente na política ou nos sistemas sociais. Portanto, para Bobbio (1998) o conceito de Golpe de Estado pode ser melhor definido e conhecido se utilizarmos como base os indicadores empíricos do fenômeno, ou seja, sua "manifestação histórica completa."

#### **IV - "ERA VARGAS" (1930-1945)**

Para compreender o período de 1930 a 1945, considerado por uns populismo, e por outros trabalhismo<sup>6</sup>, precisamos analisar a Primeira República. Para assim, identificarmos os conceitos de Golpe e de Revolução dentro da "Era Vargas". Na fase "pré-Revolução de 30", o Brasil era um país oligárquico, mas com o passar dos anos, a insatisfação com esse sistema aumentou.

Com a insatisfação presente, várias forças se uniram, desde representantes da classe dominante (fora do eixo beneficiado - latifundiário), até os industriais, a classe média e a camada mais popular. Com a crise das oligarquias, houve também, uma crise de hegemonia, não havendo um poder "absoluto e estável". Portanto, uma das características desse momento político (1930-1945), é o estabelecimento de um "Estado de compromisso."

[...] no processo histórico brasileiro, o projeto populista se constituiu como alternativa para a superação da modalidade oligárquico-exportadora de desenvolvimento capitalista, organizada em torno do latifúndio monocultor voltado à exportação, em associação com a burguesia comercial importadora e exportadora. A dominação oligárquica fundava-se na sistemática utilização do aparato estatal para garantir seus interesses (por exemplo, através da compra dos estoques cafeeiros), restringia fortemente o desenvolvimento industrial e supria as necessidades através da importação de artigos industrializados. (CALIL, 2014, p. 14).

---

<sup>6</sup>Existe uma disputa entre produções históricas. Dentre os principais representantes do uso do termo populismo dentro dessa fase governamental, está uma vertente da Unicamp (José Alves de Freitas Neto, Anthony W. Pereira, Antônio Luigi Negro, Adriano Duarte e Paulo Fontes). Já no caso do termo trabalhismo, o destaque vai para a vertente da UFF (Ângela de Castro Gomes, Michelle Reis de Macedo e Jorge Ferreira). Ambas as categorias, populismo e trabalhismo, serão exploradas mais a frente neste artigo, juntamente com as vertentes citadas e alguns de seus destacados representantes.

O “pacto populista”<sup>7</sup>, era assimétrico e buscava acabar com a crise de hegemonia exposta acima. Instaurado a partir de 1930, a “aliança entre classes”, atendia principalmente os interesses da burguesia industrial, através do apoio de vários setores sociais. Construiu-se, assim, uma hegemonia efetiva, que diferente do Estado Oligárquico, não se baseava unicamente na coerção, mas sim, numa ideologia eficaz, com propagandas, mobilizando e produzindo um consenso a seu favor.

Então, o populismo apresentou-se como um projeto hegemônico, introduzido pela burguesia industrial, que teve seu êxito, ao “hegemonizar vastas parcelas da pequena burguesia e do proletariado.” (CALIL, p. 15, 2014). Vários setores sociais, nutriam um pensamento favorável às reformas almejadas e ao projeto. Este último, era visto como positivo durante os períodos de expansão econômica, onde sanava-se as demandas pontuais das classes descamisadas, sem comprometer os lucros da burguesia.

Diferente de algumas interpretações equivocadas, 1930 a 1945, não corresponde a um período de lideranças carismáticas ou de condução de massas. O mais coerente, é apreendê-lo, como um projeto social que revelou interesses classistas, superando a oligarquia, focando na industrialização e no crescimento do mercado interno. Para tanto, populismo é uma fase de desenvolvimento capitalista, onde havia uma relação dinâmica entre a agroexportação e a indústria.

É importante salientar que, populismo foi um tema cunhado no Brasil, primeiramente, por Ianni (1975) e Weffort (1978). Os primeiros historiadores a pensar nos trabalhadores como elementos centrais, para a transformação do Brasil, de um país amplamente rural a um país urbano e industrial. Esses pensadores, trataram da questão da inserção da classe operária na política, assim como das políticas de massa.

As obras de ambos os autores supracitados, segundo Calil (2014), possuem lacunas e erros. Mesmo assim, não devem ser descartadas. Toda obra historiográfica, está em processo de atualização e constante resignificação. Apesar disso, existe uma corrente contrária aos pensamentos desses estudiosos, que questiona o uso do termo populismo. Os revisionistas, sobretudo da UFF, como Ângela de Castro Gomes, Michelle Reis de Macedo e Jorge Ferreira, acreditam que "trabalhismo" seria uma categoria mais plausível, para tal

---

<sup>7</sup>Calil, em: “O Populismo e a Hegemonia Burguesa na América Latina”, recomenda a não utilização dessa expressão, “tendo em vista a assimetria entre, por um lado, a burguesia industrial que conduzia e era a principal beneficiária do projeto populista, e de outro os segmentos da classe média e dos trabalhadores urbanos que apoiavam o projeto e tinham algumas reivindicações atendidas”. (CALIL, 2014, p. 14). Porém, para uma certa ilustração, usamos a mesma, ressaltando também o problema contido na escolha, se usada sem uma visão mais crítica.

período histórico.

Perante isso, faz-se necessário um breve desvio na pesquisa principal que consiste na história dos conceitos de Golpe e Revolução dentro da "Era Vargas", para uma análise dessas categorias: populismo e trabalhismo, que também contribuirá para uma compreensão ampla dessa fase governamental.

Ambas as categorias, são entendidas como práticas políticas, utilizadas para explicar esse momento da história brasileira (1930-1945). Vale ressaltar que, raramente uma categoria, como, por exemplo, Feudalismo, abrange realmente o período por completo e toda sua complexidade. As perguntas são: Qual a menos reducionista? A mais compatível ou apropriada?

Populismo, muitas vezes, é compreendido de forma pejorativa, errônea e simplista. Havendo dois extremos. Os jornalistas o utilizam para se referir pejorativamente a governos e governantes, que se sustentam no poder pela força do povo. O outro extremo, vem de uma vertente do marxismo, que o vê como um distanciamento da democracia liberal institucionalizada. Seus adeptos, em sua maioria, o veem como uma forma específica de dominação política de classe, um período para aceleração do processo de urbanização e industrialização do Brasil.

Populismo é muito mais, e não deveria ser analisado apenas pela negativa noção de manipulação, uma vez que, essa noção é ambígua. Populismo, refere-se a uma “aliança entre classes”, um policlassismo. É evidente que a classe operária, não tinha a mesma força de ação quanto a classe dominante, mas conseguia barganhar. Logo, essa categoria, não tem a função de mostrar exclusão ou objetificação do trabalhador, como muitos argumentam, principalmente a corrente historiográfica da UFF.

O trabalhador dentro do populismo, também é visto como sujeito que se vale das próprias instituições da máquina estatal, como o Ministério do Trabalho e a Justiça do Trabalho, para reivindicar seus direitos. Dentro desse modelo político, o proletariado encontrou espaço para reivindicar e lutar por dignidade e justiça social. O populismo, é muito questionado pela maneira negativa que é compreendido, através da manipulação e cooptação. Estas últimas, seriam as responsáveis pelo descaminhos políticos da classe operária.

Já o trabalhismo, surgiria para “fazer justiça” e dar destaque aos trabalhadores, torná-los sujeitos. O termo, preconizado por Ângela de Castro Gomes (1988), foi utilizado por autores, como, Ferreira (2017), que não leva em consideração a disputa entre classes

que existia, e que não é adepto de uma honestidade teórica. Deixando transparecer que a “sociedade”<sup>8</sup> e o Estado, andavam em busca de objetivos comuns<sup>9</sup>.

Segundo Gomes (1988), as abordagens influenciadas por Ianni (1975) e Weffort (1978), apresentam a relação entre poder estatal e trabalhadores, no pós-1930, com um toque de submissão, trabalhadores passivos. Por isso, a categoria trabalhismo, como rejeição ao populismo, que teria uma conotação de manipulação: Estado-sujeito e trabalhadores-objetos.

Gomes (1988), buscava uma substituição direta, de populismo para trabalhismo, para que então, os trabalhadores tenham reconhecido o "papel de sujeito que realiza escolhas segundo o horizonte de um campo de possibilidades." (GOMES *apud* DEMIER, 2014, p.130). Completa que, o populismo traria ao imaginário, a classe trabalhadora agindo como massa de manobra e não como classe. Porém, o trabalhismo pode esconder o fazer e refazer-se da classe operária.

Observando o debate historiográfico presente no texto "O Populismo e a Historiografia na Atualidade" de Demier (2014), podemos apreender que a teoria do trabalhismo é inconsistente e simplista. Seria mais um resultado das condições socioeconômicas específicas da formação da classe trabalhadora brasileira, do que uma categoria que abarca um contexto histórico complexo.

Continuando a análise da visão revisionista, Ferreira (2017), acusa a teoria populista, de retratar a relação: Estado/classe trabalhadora, de maneira maniqueísta. Com suas bases no conceito gramsciano de hegemonia, ele compreende que o populismo trata o Estado como o todo-poderoso, e os trabalhadores, ou segundo ele mesmo, a “sociedade”, como vítima inerte.

Culpabilizar o Estado e vitimizar a sociedade, eis alguns dos fundamentos da noção de populismo [...]

Como uma via de mão única, de cima para baixo, à luz do enfoque opressor e oprimido, o Estado, todo-poderoso, pela violência física e ideológica, domina e subjuga a sociedade, os trabalhadores em particular, surgindo, desse modo, uma relação destituída de interação e interlocução entre as partes. O Estado, com um poder desmedido, ‘total’ em algumas versões, transforma a sociedade em elemento

---

<sup>8</sup>Colocamos a palavra sociedade entre aspas, porque a mesma pode trazer um sentido de coesão, em um sentido único e de união. Entretanto, a sociedade é formada por uma pluralidade de indivíduos, que por muitas vezes buscam objetivos ou lutam por direitos diferentes, formando diversos grupos, às vezes, opositores entre si.

<sup>9</sup>"O papel da questão social desempenhado nas revoluções é precedente à era moderna. [...] A ascensão e queda de governos sob nova ordem estavam relacionadas ao grupo econômico no poder, '[à] derrubada do governo pelos ricos e à instauração de uma oligarquia, ou [à] derrubada do governo pelos pobres e [à] instauração de uma democracia', ou 'os tiranos [que] sobem ao poder com o apoio da plebe ou dos pobres, e [em] que a melhor oportunidade de manter o poder consiste no desejo popular de igualdade de condições.'" (ROCHA, 2020, p. 141-2).

passivo, inerte e vitimizado. Assim, no Brasil, em 1930, 1935 ou certamente 1937, os governantes, armados com variados dispositivos ‘simbólicos’ de dominação ideológica, em alguns casos psicológicos, teriam tido a capacidade de manipular, por meio de imagens e representações, as emoções e a sensibilidade das pessoas, dominando, inclusive, as suas mentes. (FERREIRA, 2017, p. 63-94).

Uma interpretação um tanto equivocada da teoria populista e com pretensão de difamação, uma vez que, a manipulação compreendida por Weffort, é distinta da exposta por Ferreira (2017).

A noção de manipulação, tanto quanto a de passividade popular, precisa ser relativizada, concretizada historicamente, para que possamos entender a significação real do populismo. A imagem, se não o conceito, mais adequada para entendermos as relações entre massas urbanas e alguns grupos representados no Estado é de uma aliança (tática) entre setores de diferentes classes sociais na qual evidentemente a hegemonia encontra-se sempre ao lado dos interesses vinculados às classes dominantes, mas torna-se impossível de realizar-se sem o atendimento de algumas aspirações básicas das classes populares, entre as quais a reivindicação do emprego, de maiores possibilidades de consumo e de direito de participação nos assuntos do Estado. Aspirações mínimas, por certo, mas decisivas na política de massas num país como o Brasil. (WEFFORT *apud* DEMIER, 2014, p.147).

Se afastado do pensamento gramsciano, essa análise se aproxima mais da ideia marxista de regime bonapartista<sup>10</sup>, que também é oposta ao tipo weberiano, que vislumbra uma submissão da “sociedade” perante um Estado patrimonialista. O trabalhismo, apresentado por Ferreira (2017), mostra uma nostalgia pelo varguismo, como se a “sociedade” e o Estado tivessem uma identificação plena.

Houve, decerto, a intervenção estatal, insisto. Sobretudo a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado contribuiu, de maneira decisiva, para configurar uma identidade coletiva da classe trabalhadora. Mas, em qualquer experiência histórica, os assalariados sofrem influências dos contextos sociais, políticos e ideológicos em que vivem. No caso brasileiro, como em outros, tratou-se de uma relação, em que as partes, Estado e classe trabalhadora, identificaram interesses em comum. No trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores muito antes de 1930. Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas e sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica. (FERREIRA, 2017, p. 103).

Um pensamento próximo ao keynesiano, trabalhismo – Estado e “sociedade” com objetivos alinhados, sem uma crítica elaborada. Nesta corrente historiográfica (da UFF), o período populista é apresentado como:

O trabalhismo getulista, uma ideologia político-social gestada pela cúpula dirigente do Estado brasileiro - e isso os próprios revisionistas reconhecem – que é apontada como uma verdadeira, legítima e inquestionável consciência de classe do proletariado nacional (!!!) (DEMIER, 2014, p.152).

---

<sup>10</sup>Pois, aproxima-se da ideia expressa – Estado populista como um “Estado de compromisso”. Uma exposição dessa tese pode ser encontrada na pesquisa de doutoramento de Demier: "O longo bonapartismo brasileiro (1930-1964): 'autonomização relativa do Estado', populismo, historiografia e movimento operário" (2012).

Essa teoria também aponta que, as massas apoiaram as lideranças desse regime. O “trabalhismo”, construído por Vargas, que estruturou-se nas formas populistas de dominação dos trabalhadores, é positivado pelos revisionistas. Enquanto, populismo<sup>11</sup>, construiria uma visão negativa ao trabalhismo, o termo correto, no pensamento revisionista. Diferente da visão opositora, o populismo observa nas ações dos trabalhadores, consciência de classe, legítimas atitudes classistas, como bem observado pela corrente historiográfica da Unicamp. Onde foi realizada uma pesquisa mais bem elaborada, com diversidade de fontes estudadas, como, por exemplo, publicações operárias, atas sindicais, depoimentos orais de ex-ativistas, dentre outras. Nela, é apresentado que os trabalhadores faziam abaixo-assinados, elegiam representantes e organizavam greves, portanto, eram sujeitos, sim! Sofriam repressão, disputa omitida por autores como Ferreira (2017), e em momentos difíceis buscavam seus direitos, conscientes do limite existente.

É preciso compreender, que as políticas trabalhistas de Vargas, foram influenciadas por reivindicações<sup>12</sup> do Brasil - Primeira República. E se assemelhavam ao código do trabalho proposto por Lacerda. Assim, é possível observar que a construção dos direitos dos trabalhadores não vieram sem antes muita luta, organização operária e solidariedade. Não foi algo concedido, mas sim conquistado, construído numa luta constante de avanços e retrocessos.

As instituições do Estado, não foram algemas para os trabalhadores, pelo contrário, se apresentaram como elementos formadores da sua cultura e experiência, que ameaçavam romper com a interdependência entre o governo e os trabalhadores<sup>13</sup>. Não existia só subordinação, mas sim, negociação, uma certa relação, “democrática” (assimétrica), com muitas ressalvas, entre os trabalhadores e as lideranças.

---

<sup>11</sup>“O termo teria servido de acusação a Vargas e outras lideranças políticas ‘populares’ por parte das ‘elites’ adeptas da exclusão política das massas, depois, o mesmo teria ganhado um estatuto conceitual por meio das linhas de intelectuais marxistas que, desejosos de uma revolução socialista nos moldes leninistas, voltaram suas baterias contra o varguismo (numa espécie de ‘aliança tática’, ao nível da teoria, com aquelas ‘elites’). Assim, no lugar do populismo, os revisionistas propuseram, já há algum tempo, o conceito de ‘trabalhismo’, qual vem paulatinamente ganhando mais espaço nas novas pesquisas históricas sobre o Brasil contemporâneo. Sendo o conflito político do período populista reduzido a uma simples disputa entre ‘trabalhistas’ e ‘elites antipopulares’, os historiadores revisionistas colocaram-se claramente ao lado dos primeiros.” (DEMIER, 2014, p. 126).

<sup>12</sup> Sobretudo, das campanhas públicas de protesto contra a carestia, realizadas em 1913 e 1917 na cidade do Rio de Janeiro. Tema presente no artigo: "As campanhas contra a carestia na cidade do Rio de Janeiro e a construção do direito do trabalho na Primeira República" de Alves (2019).

<sup>13</sup>“Na Idade Moderna, entretanto, os indivíduos revolucionários adquirem outra relação com a questão social, duvidando de que a pobreza fosse inerente à condição humana, e provocando mudança de pensamento sobre a naturalidade da distribuição da riqueza. [...] Esta visão influenciou filósofos da Revolução, dentre eles Locke que, associado ao surgimento do liberalismo econômico clássico de Adam Smith e aos fisiocratas franceses, declarou o trabalho como fonte das riquezas, o que trouxe desejos para a parcela pobre da população de rebelar-se almejando mais do que a libertação.” (ROCHA, 2020, p. 142).

A teoria populista, foi apresentada como uma bem-sucedida manobra das classes populares, pelo Estado, desviando-os dos seus principais interesses, pelos revisionistas da UFF citados ao longo deste artigo. Esta corrente, nega que havia formas de dominação também, através da “CLT, estrutura e burocracia sindicais, manipulação e manobra de massas, paternalismo, trabalhismo, assistencialismo social, eleitoralismo, ideologia da ‘cidadania’, e da ‘colaboração de classes’, lideranças operárias colaboracionistas etc.” (DEMIER, 2014, p. 142).

Essas estruturas explicam a luta dos operários, pois não havia a harmonia explicitada pelos revisionistas. Substituir populismo por trabalhismo, poderia obscurecer experiências importantes dos trabalhadores. Compreender esse período como a existência de um sistema político de relação complexa e disputas entre sujeitos desiguais, sem reciprocidade no poder de barganha, é importante.

O trabalhismo apresentado pelos revisionistas da UFF, como Ângela de Castro Gomes (1988), mas principalmente por Ferreira (2017), mostra uma visão um tanto positivada do varguismo e das máquinas estatais dessa etapa histórica (1930 a 1964). Onde, critica a noção de manipulação “contida” em Weffort. Há de ressaltar que, Gomes (1988) observou uma certa ambiguidade nessa noção - de um lado o Estado manipula, controlando a massa, que, por sua vez, recebe alguns benefícios. Segundo Gomes,

Uma relação em que um dos termos é concebido como forte e ativo, enquanto o outro é fraco e passivo, não possuindo capacidade de impulsão própria por não estar organizado como classe. As massas ou os setores populares, não sendo concebidos como atores/sujeitos nesta relação política, mas sim como destinatários/objetos a que se remetem as formulações e políticas populistas, só poderiam mesmo ser manipulados ou cooptados (caso das lideranças), o que significa precipuamente, senão literalmente, enganados ou ao menos desviados de uma opção consciente. (1988, p.34-5).

Trabalhismo romperia, com a ideia de manipulação, e daria ao trabalhador um papel atuante, “um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados mas igualmente capazes não só de se apropriar das propostas político-ideológicas um do outro, como de relê-las.” (GOMES, 1988, p.46).

A principal crítica da vertente contrária, é que o populismo não explica o Brasil de Vargas. Porém, como já argumentado, ele abarca melhor o momento abordado. Apesar dos revisionistas negarem o nome - “populismo”, as suas obras defendem e positivam a dominação das classes. São nostálgicos a essa fase política, que ao entrar em crise, abriu espaço para um novo modelo, a ditadura civil-militar.

Para retratar o fim desse período populista (do governo de Vargas), há de salientar que, o mesmo teve um fim parecido com seu início, a partir de uma deposição, neste caso em específico, a deposição de Getúlio, em 1945. A trajetória política de Vargas, no entanto, se encerraria posteriormente de forma trágica. Em 24 de agosto de 1954, as rádios anunciavam o fim do político que saiu da vida para entrar na história, se suicidando com um tiro no peito. Era o fim de uma Era, o fim da "Era Vargas".

Diante do exposto, podemos concluir que a denominada “Revolução de 1930”, ou simplesmente os anos que vigoraram o populismo, foi uma tomada do poder no sentido mais coerente ao conceito de Golpe de Estado<sup>14</sup>, pois foi realizada por indivíduos da própria classe dominante, se valendo de aparelhos do próprio Estado.

A grande mudança prometida, entre o governo oligárquico e o “novo” (populismo) que se instalava, ficou no papel. Não se configurando como uma Revolução. Apesar dos benefícios conquistados pelos trabalhadores, os mesmos continuaram a ser prejudicados e afastados (pelas ações das elites) das decisões importantes e do poder do país. Causando insatisfação, mais revoltas e aumentando o desejo de romper verdadeiramente com os sistemas político, econômico, jurídico e social brasileiro.

---

<sup>14</sup>Analisemos: "O consenso mínimo atual sobre o que caracteriza um Golpe de Estado é que ele significa uma violação das regras constitucionais conduzida por agentes que fazem parte da burocracia estatal, sejam governantes, parlamentares, militares ou juízes. [...] Enquanto rebeliões e revoluções são realizadas por setores opositores e subalternos na sociedade, Golpes de Estado são realizados por aqueles que estão no poder, ou, pelo menos, fazem parte da estrutura do governo. Golpes de Estado normalmente são realizados contra opositores que também estão na estrutura do poder, mas são minoritários, ou contra grupos sociais que podem ser potencialmente perigosos para aqueles que governam.

De certa forma, todo Golpe de Estado é uma ação preventiva, realizada pelos que participam da estrutura do estado, para impedir a perda do poder que possuem e pode estar ameaçado por setores da oposição ou por outros grupos dentro do próprio estado." (LOURENÇO NETO, 2020, p. 72).

## V - FONTES: JORNAL - O GLOBO



(Manchete do Jornal - O Globo de 24 de Outubro de 1930) [1]<sup>15</sup>

<sup>15</sup>Estudando o acervo digital dos jornais do período, precisamente de Outubro de 1930, foi possível observar uma ampla aceitação por parte dos meios de comunicação frente a esse ato de intervenção no governo e, conseqüentemente, apoio à ascensão de Getúlio Vargas à presidência do Brasil. Não foi observado, dentro das pesquisas realizadas, jornais que se referissem ao ocorrido como Golpe de Estado. Em contrapartida, houve jornais como o "Correio do Povo", um jornal do Rio Grande do Sul, que atribuiu o nome "movimento revolucionário" às ações que antecederam a tomada do poder nacional pela força, ainda em 4 de outubro de 1930. (Dados e imagens do jornal citado presentes nas referências [4]).

Tendo em vista que, o estado do Rio Grande do Sul apoiava Getúlio Vargas, que, por sua vez, era seu representante. Foi compreensível a escolha do termo para referir-se a esse período de insurreição nesta região do país, em repúdio ao então governo vigente (oligárquico) de Washington Luís.

No jornal "Diário de Notícias", também foi retratado esse marco histórico como uma Revolução, estampando em sua manchete "A Revolução do Brasil - A Entrada Triunfal de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro". Matéria que foi lembrada pelo próprio jornal "Diário de Notícias", em 1 de novembro de 2018, em uma seção especial intitulada: "Aconteceu em 1930 - A Revolução do Brasil". (Dados e imagens do jornal citado nas referências [3]).

Após essa pesquisa, foi possível compreender que no florescer da "Era Vargas", houve a aprovação da intervenção. Alguns meios ponderaram, evitando atribuir um nome ou significado ao movimento de tomada do poder, enquanto outros não duvidaram em chamar de Revolução. Por isso, compreendemos que não houve uma disputa entre narrativas, uma vez que, não foram encontrados jornais sobre o período que demarcassem o ato como um Golpe de Estado.

Observando os jornais mais recentes sobre essas fases políticas estudadas (1930-1937-1945), também foi avaliado que não há uma disputa contemporânea, pelo menos no que tange aos meios de comunicação, ou seja, a disputa entre narrativas que debatem se foi Golpe ou Revolução, se reservam ao âmbito acadêmico e não se estenderam à mídia. Nos meios populares de divulgação, a tomada do poder para o início do governo Vargas conseguiu se consagrar como Revolução, como é visível no periódico digital "Hora do Povo, da edição de 21 de fevereiro de 2000, onde a manchete era "1930 - A Revolução de Vargas". (Dados e imagens do jornal citado nas referências [5]). Vale ressaltar que, o material jornalístico referente às comemorações dos "Anos Vargas" foi bem escasso, talvez por não ser tão comum edições de comemorações atribuídas à mudança de governo do ano de 1930.



(Manchete do Jornal - O Globo de 30 de Outubro de 1945) [2]<sup>16</sup>

## VI - A HISTORIOGRAFIA E OS ACONTECIMENTOS DA “ERA VARGAS” SOB A PERSPECTIVA DOS CONCEITOS DE GOLPE E DE REVOLUÇÃO

Um dos principais aspectos que podemos utilizar para distinguir o conceito de Revolução do conceito de Golpe de Estado, é pensar em quem realizou o ato e como ocorreu. Por isso, analisar como se deu o início da “Era Vargas”<sup>17</sup> é importante, para assim identificar os autores e como procederam para a tomada do poder.

Em 24 de Outubro de 1930, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha, foram ao Rio de Janeiro para depor o então presidente, Washington

<sup>16</sup>Assim como é possível observar neste jornal - O Globo de outubro de 1945, o fim do governo Vargas também não foi compreendido como Golpe. Convergindo com a análise dos diversos meios de comunicação da época.

<sup>17</sup>O movimento de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder pela primeira vez, causa um pouco mais de polêmica, porque embora tenha contado com o apoio de alguns setores militares, basicamente oficiais de baixas patentes, foi liderado por políticos de oposição e contou com certo apoio popular. Contudo, o mesmo Vargas liderou um Golpe de Estado clássico com a decretação do Estado Novo, em 1937. O fim do primeiro governo Vargas, em 1945, também foi resultado de um Golpe de Estado liderado por militares. Mas, os militares que lideraram este Golpe aceitaram se submeter às regras constitucionais e a democracia foi reestabelecida, inclusive com a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Durante a experiência democrática que começou em 1945, houve várias tentativas de Golpes de Estado contra governos constitucionalmente legítimos. Mas, só em 1964, grupos golpistas liderados por militares obtiveram sucesso e derrubaram um governo legítimo, dando início ao regime militar." (LOURENÇO NETO, 2030, p. 73).

Luís, dando o primeiro passo para se iniciar a “Era Vargas”.

Os anos da década de 1920, para o Brasil, foram bem tumultuosos com rebeliões tenentistas e greves operárias. A intervenção política de 1930 adveio, intensificada, através de uma crise do ano de 1929, após a quebra da bolsa de Nova Iorque. As consequências para o Brasil foram: várias fábricas do Rio e de São Paulo fechadas, baixas na compra do café brasileiro e dificuldades em conseguir empréstimos internacionais.

Essas questões geraram problemas econômicos, (uma vez que, a economia do Brasil se baseava na agroexportação, pois era um país de monocultura cafeeira - gerando desemprego e insatisfação popular) e divergências políticas (oficiais de patentes baixas do exército queriam acabar com as oligarquias) afetando diretamente a política vigente, a política do Café com Leite ou política dos governadores. Política que abrangia dois Estados: São Paulo e Minas Gerais, que alternavam o monopólio econômico e político da época.

Enfim, a miséria e o caos se instauraram no país.<sup>18</sup> Nesse ambiente, inicia-se as campanhas para a sucessão presidencial. O acordo entre os dois Estados (a política do Café com Leite) foi ignorado pelos paulistas, que ao invés de indicarem e apoiarem um candidato mineiro, dando continuidade a alternância no governo, os mesmos juntamente com o então presidente - Washington Luís, indicaram para a presidência o paulista Júlio Prestes, e como vice o baiano Vital Soares. Manobra aprovada por presidentes de 17 províncias.

Com o acordo quebrado, as oligarquias mineiras decidiram inserir uma chapa de oposição, onde apoiaram o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, para presidente do país e o paraibano, João Pessoa, como seu vice.

Júlio Prestes, candidato paulista, saiu vencedor nas eleições de 1 de Março de 1930, com 1.091.709 dos votos, contra 742.794 de Getúlio Vargas<sup>19</sup>. Entretanto, a maioria dos deputados eleitos eram da oposição, mas não tiveram seus mandatos reconhecidos. Com as eleições perdidas, parte da Aliança Liberal se conformou com a derrota, enquanto a outra parte queria lutar.

Para os inconformados com o desfecho, o dia 03 de Outubro de 1930 se tornaria muito importante. Prestes não conseguiria chegar ao posto de presidente, acusado pelas oligarquias da oposição (principalmente de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul -

---

<sup>18</sup>Entretanto, não se pode definir somente esses fatores como cruciais dentro do processo que gerou a troca de governo, foram vários, porém estes tiveram um maior destaque.

<sup>19</sup>Informações retiradas do texto de Domingues (2017), presente nas referências.

Aliança Liberal), de fraude eleitoral. Se tornando o único presidente do Brasil a ser eleito pelo voto popular e impedido de tomar posse.

Temendo uma guerra civil, por conta das diferenças políticas, os conservadores das oligarquias regionais ligadas à Aliança Liberal conspiraram contra o eleito, e se colocaram a favor dos opositores. Em poucos dias, Ceará, Pernambuco e Pará, posteriormente, parte do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram tomados pelos insurgentes.

Além disso, um dos principais acontecimentos para validar a conspiração foi o assassinato do candidato João Pessoa (vice da chapa opositora), morto pelo advogado João Dantas<sup>20</sup>. Ajudando a aglutinar a oposição que estava dividida. Positivando a luta armada contra o governo e a gestão de Washington Luís, o ainda presidente do Brasil, que mesmo sem apoio, não pretendia renunciar.

A revolta se iniciou no Rio Grande do Sul com o comando de Góis Monteiro, depois foi o Nordeste com Juarez Távora. Diante disso, era anunciada a luta armada de Itacaré - conhecida também como "a que não houve", pois antes de isso proceder, em 24 de Outubro de 1930, as forças armadas que formariam a junta Governativa, invadiram o gabinete do Rio de Janeiro, depondo o presidente Washington Luís. Este indagou que só sairia do poder preso ou morto, o que impediria a tomada da presidência pelo então recém-eleito, Júlio Prestes. Preso, Washington Luís foi levado ao Forte de Copacabana permanecendo até novembro, quando partiu para seu exílio na Europa.

Perante esse acontecimento, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e o almirante Isaías de Noronha criaram uma junta militar provisória. Por meio de um telegrama, Góis Monteiro - chefe das forças de Vargas, advertiu os militares que eles eram reconhecidos como colaboradores, mas não governadores, por isso o poder deveria ser transferido a Vargas. Essa era a condição para suspender as ações militares do político<sup>21</sup> Getúlio Vargas e seus aliados,

---

<sup>20</sup>Acredita-se que o crime tenha ocorrido por razões pessoais e ligadas à política paraibana, mas a morte do candidato a vice-presidente transformou-se numa questão nacional: "A Aliança Liberal novamente se mobiliza e por todo país realizam-se manifestações contra o assassinato. Washington Luís é acusado de, à distância, armar o criminoso por vingança política, e assim fomentar a rebelião e, ato contínuo, intervir na Paraíba. O corpo de João Pessoa foi velado na Paraíba com a faixa de governador atravessada no peito; em seguida, viajou de navio para ser enterrado no Rio de Janeiro, onde os líderes aliancistas, num desafio direto a Washington Luís, reuniram uma multidão no cais do porto e prestaram sua última homenagem. O deputado Maurício Lacerda falando ao megafone, acendeu o pavio da rebelião: 'No esquife que aí vedes, não está o corpo de um grande cidadão, mas o cadáver da Nação! [...] Vós, gaúchos e mineiros, vinde cumprir a vossa promessa! O povo está disposto a morrer pela liberdade!'" (MEIRELLES *apud* DOMINGUES, 2017).

<sup>21</sup>O francês Rosanvallon (2010) em sua obra "Por uma história do político" expõe sua tese que consiste em observar o político como um fenômeno que só pode ser compreendido com base nas dificuldades e nos problemas da via democrática. Para Claude Lefort: o político é "o conjunto de procedimentos a partir dos quais desabrocha a ordem social." (LEFORT *apud* ROSANVALLON, 2010, p.41).

que envolviam 30 mil homens rumo ao Rio de Janeiro. Vale ressaltar que, Oswaldo Aranha<sup>22</sup> havia partido rumo ao Rio de Janeiro para barganhar pessoalmente a passagem do governo a Getúlio Vargas. Portanto,

[...] no dia 29 de outubro, chegava em São Paulo o trem conduzindo Getúlio Vargas, Góis Monteiro e Miguel Costa. Os líderes do movimento foram aclamados pela população, esperançosa com as transformações prometidas pelo líder aliancista. No dia seguinte, às 11h da noite, retomaram o trem que os conduziram à Capital Federal. (DOMINGUES, 2017).

A junta militar governou o país do dia 24 de outubro de 1930 até 3 de novembro do mesmo ano, quando Vargas ascendeu ao poder, encerrando a Primeira República e dando início a controversa “Era Vargas”.

Entrando na questão conceitual referente ao nome dado a esse momento histórico brasileiro, Freixo (2018) apresenta, mais uma vez, um autor citado no tópico "O Conceito de Golpe" - Curzio Malaparte, jornalista, adepto do fascismo, perseguido pelo mesmo e que, por sua vez, não realizou uma divisão intrínseca entre Revolução e Golpe de Estado, assim como muitos outros estudiosos desse tema. Por isso, Freixo ressalta a importância da retomada do debate acerca da denominação: "Revolução de 1930".

Em comparação, não há dúvida de que 1964 foi um Golpe, salvo os negacionistas.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup>Oswaldo Euclides de Sousa Aranha foi um político, diplomata e advogado brasileiro, que ganhou destaque nacional em 1930 sob o governo de Getúlio Vargas. Durante a "Revolução de 1930" - "Em vista da vitória do movimento, Oswaldo Aranha negociou com a Junta Governativa Provisória de 1930, no Rio de Janeiro, a entrega do governo a Vargas. Posteriormente, foi nomeado ministro da Justiça e, em 1931, ministro da Fazenda." (Oswaldo Aranha *in* WIKIPÉDIA).

<sup>23</sup>O professor e historiador, Mateus Henrique de F. Pereira, em seu artigo: "Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)", apresenta uma hipótese sobre o negacionismo no contexto brasileiro, principalmente, disfarçado do chamado - revisionismo, apesar de ambos não serem sinônimos. Mesmo se referindo a outro momento histórico (Ditadura civil-militar), seu enfoque neste artigo vale o destaque: "Nossa primeira hipótese é que o revisionismo e a negação brasileira são alimentados, em grande medida, pela impunidade (ausência de justiça, muito em função da permanência da Lei da Anistia) e pela ausência de arrependimento, remorso ou culpa por parte dos algozes diretos e indiretos e dos apoiadores de ontem e de hoje. Ainda que o primeiro aspecto esteja presente, destacaremos mais esse último fator. [...] A estrutura temporal da negação e, em alguma medida, do revisionismo, está assentada numa concepção fatalista, determinista e homogênea do tempo histórico. Uma determinada concepção de tempo homogênea tende a afirmar que o Golpe de 1964 só existiu porque não havia outra alternativa; ele foi inevitável. Se não fosse o Golpe, teria havido um golpe e uma ditadura comunista. Os militares salvaram o Brasil dos terroristas e comunistas, pois agiram antes. O golpe foi, na verdade, uma 'contrarrevolução'. Esse tipo de argumento fundamenta-se naquilo que Vidal-Naquet chama de 'revisionismos relativos'. [...] Sendo assim, a 'guerra de memória', diante de seus sentimentos e de seus componentes de irracionalidade, não terminará apenas pelo uso da razão, da lembrança e da evidência, mas antes de tudo quando os atos e os agentes de crimes realizados no passado sofrerem algum tipo de punição. Afinal, 'na dimensão social só se pode perdoar onde se pode punir' (Ricoeur, 2007, p.608). Não há, portanto, para Ricoeur, uma incompatibilidade entre 'reconciliação' e 'punição.'" (PEREIRA, 2015).

Essa falta de "punição" ou reconciliação dentro da "Era Vargas", está intrinsecamente associada ao fato de não existirem preceitos determinados ou normatizados de justiça de transição, mesmo com algumas medidas tomadas através da anistia de 1945. E pode ser apreendida com a defesa frente ao período, através da passagem do Brasil de um país monocultor (agrícola), para um país industrial, as aprovações de leis trabalhistas e a criação do Ministério e da Justiça do Trabalho, durante esse momento de intervenção no governo. Essas mudanças positivas “legitimaram” a administração do país e encobriram (levaram ao esquecimento) as ações negativas e até mesmo ilegais.

Para André de Lemos Freixo (2018), após uma Revolução muitas vezes é realizada uma revisão do passado das sociedades. Pensando em suas heranças, tradições no presente, suas próprias estruturas políticas, sociais e econômicas. E diante dessas redefinições, os termos Golpe e Revolução irão explicitar seus sentidos destoantes.

Reflexão próxima à de Pierre Nora (FREIXO, 2018), que observa os acontecimentos como pontas de *icebergs* que revelam o que escondem "sob o mar do cotidiano e da linguagem ordinária". Sendo assim, os acontecimentos escondem várias linhas de significados além do que ele se revela ser no seu esplendor.

Portanto, o que define o acontecimento é o próprio "acontecimento em sua factualidade" (FREIXO, 2018), além dos sentidos que a sociedade dará para ele. Atribuir o termo Golpe ou Revolução a um acontecimento é participar desse processo, e implica também na participação popular na vida política e social de um país.

Durante o governo provisório de Vargas (1930-1937), o mesmo obteve amplos poderes, revogou a constituição de 1891 e governou por decreto. Também indicou seus aliados para governadores das províncias. Os aliados esperavam Getúlio convocar as eleições gerais para formar uma assembleia constituinte, mas essa ação era sempre adiada. Cansados com a demora, várias vertentes, como a própria Aliança Nacional Libertadora, começaram a criticar o governo provisório.

Em São Paulo aumentava a insatisfação. Os paulistas exigiam novas eleições e uma nova constituição. Contudo, o governo respondia negativamente e reprimia a oposição, culminando na Guerra Paulista, conhecida também como, "Revolução de 1932"<sup>24</sup>, com a declaração de guerra do estado de São Paulo.

O período de 1930 a 1945 destacou-se por romper com uma estrutura política construída na Antiga República, dando origem a uma nova forma de fazer política, que na realidade se revelou sendo a mesma - ruim e velha política com uma roupagem nova. Um plano constituído por ideias conservadoras, repleta de desigualdade e enrustido de fascismo.

O período compreendido como, "Revolução de 1930" foi nomeado assim pelos seus membros/atores, por ser um marco divisor entre a República Velha e a República Nova. Eles acreditavam que trariam a mudança, pois na República Velha estariam modelos arcaicos no que tange à política e à economia, sendo assim, eles trariam a modernização,

---

<sup>24</sup>A Revolução Constitucionalista de 1932, também conhecida como Revolução de 1932 ou Guerra Paulista, foi o movimento armado ocorrido nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte." (Revolução Constitucionalista de 1932 *in* Wikipédia).

omitindo a já conhecida disputa política entre grupos oligárquicos e o surgimento de novas classes opositoras - a classe média, a burguesia e os trabalhadores.

Vale ressaltar que, essa intervenção não obteve amplamente a participação ou o apoio popular, características que abarca o conceito de Revolução. Porém, para alguns estudiosos, pode-se pensar em uma Revolução Burguesa - que colocou os industriais no poder, rompendo com o Brasil pré-capitalista das elites agroexportadoras, implantando a indústria de base no país. Por isso, cabendo a palavra Revolução para nomear o período, mas com muitas ressalvas e implicações.

Virgínio Santa Rosa (DOMINGUES, 2017), enxerga 1930 como uma revolução das classes médias urbanas representadas pelos tenentes, que desde 1920 queriam retirar a oligarquia do poder com o objetivo de implementar "um ideário liberal democrático", com voto secreto, moralização das eleições e poucas mudanças sociais.

Na década de 1970, Boris Fausto (DOMINGUES, 2017) vai criticar essas interpretações com base em pesquisas empíricas, afirmando que a burguesia industrial não articulou a tomada do governo em 1930 e nem chegou ao poder. Ele compreende esse período como a união de setores dissidentes da oligarquia com os militares, através de um "estado de compromisso" firmado entre as diversas forças políticas." (DOMINGUES, 2017).

Com o rompimento das oligarquias agrárias, o movimento militar e a crise no país, o poder do Brasil foi colocado à disposição, possibilitando uma reorganização intralite, aumentando a força do chefe executivo como um moderador da modernização conservadora.

Edgard De Decca (2004), na década de 1980, vai apresentar que 1930 não foi um marco histórico revolucionário, mas sim 1928.<sup>25</sup> Pois não houve mudanças drásticas, sobretudo, socioeconômicas como se pede para a concretização de uma Revolução que chega ao poder. Em contrapartida, houve um Golpe de Estado que é a retirada de um poder político constitucionalmente eleito por meio da força, através de aparatos do próprio Estado, em uma luta política entre atores horizontais, de elite para elite. Independentemente de quem vencesse entre as elites, pouco mudaria, na estrutura socioeconômica brasileira da “Era Vargas”. Dando início, enfaticamente, à luta de classes.

Dentro dessa disputa conceitual, Pereira (2009) analisa que um dos grandes problemas dos anos 1930 a 1945, é considerá-los como uma continuidade política. O que possibilita essa ideia de continuidade é a permanência do personagem principal no poder - Getúlio Vargas. Contudo é importante compreender que os marcos 1930, 1937 e 1945 "representaram rupturas institucionais importantes da história do Brasil e fundamentais para a compreensão dessa dinâmica histórica." (PEREIRA, 2009, p. 199).

Continuando a explorar as teses de Pereira (2009), em 1930 o termo Revolução adveio dos próprios atores políticos, para referir-se ao evento que ocasionou uma ruptura com a ordem legal, transformações estruturais no país e que teve o "povo" como o legitimador da ação. E para consolidar esse momento histórico como "Revolução de 1930", e até mesmo se contrapor a esse conceito, muitas análises foram construídas posteriormente. Análises que trataremos neste artigo, em forma de levantamento e debate historiográfico a respeito da temática.

Para Barbosa Lima Sobrinho (1975), 1930 foi uma guerra entre estados, originada

---

<sup>25</sup>“Quando foi criado o Bloco Operário Camponês (BOC), pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) que, então, funcionava na ilegalidade. A plataforma do BOC reivindicava: legislação social regulando a jornada de 8 horas/dia e 48 horas semanais, contratos coletivos de trabalho, salário mínimo, proteção à mulher e à criança, proibição do trabalho aos menores de 14 anos. O BOC estabeleceu alianças com duas forças políticas que se opunham ao governo Washington Luís e ao Partido Republicano Paulista (PRP): os tenentes e o Partido Democrático Paulista, que reunia setores da classe dominante com o governo do PRP. O próprio BOC, ao elaborar seu programa e suas alianças, propõe uma revolução democrático-burguesa para pôr fim aos grandes problemas do Brasil: o domínio dos grandes proprietários de terra, o “feudalismo” e o capital estrangeiro. Frente à mobilização partidária dos operários, a burguesia industrial organizou, em 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Seu principal objetivo era unir o empresariado contra os avanços que a classe operária vinha realizando. Uma das primeiras medidas do CIESP foi colocar-se contrário à promulgação de leis sociais, especialmente a Lei de Férias e o Código de Menores. A ofensiva maior do CIESP foi empreender uma vasta campanha de difamação do BOC associando-o a um partido de agitadores, com fins subversivos que ameaçava a nação com o espectro do comunismo. Na eleição presidencial de 1930, o BOC tentou convencer Luís Carlos Prestes a se candidatar. Diante de sua recusa, lançou os nomes de Minervino de Oliveira (o primeiro operário a disputar uma eleição presidencial) e Gastão Valentim. Durante a campanha, o BOC sofreu todo tipo de pressão: intervenções policiais nos comícios, ataque à sua sede e fraudes na apuração dos votos. Logo no início de seu governo, Vargas desencadeou duas frentes de combate ao “comunismo”: a repressão policial em que foram presos e exilados Otávio Brandão e Minervino de Oliveira, ligados ao BOC, e a decretação da Lei de Sindicalização de 1931. Aperfeiçoada ao longo dos anos, essa lei constitui peça importante de controle do movimento operário, culminando com a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.” (DOMINGUES, 2017).

pelo sentimento regionalista, com a adesão do pequeno-burguês e amplo apoio popular devido a impopularidade do poder público. Este estudioso, aponta que Vavy Borges, não acreditou na versão do PCB sobre os acontecimentos, então recorreu às interpretações que tratavam da "luta entre o capital inglês e o americano".

Após o Golpe do Estado Novo (1937), segundo Pereira (2009), procurou-se vincular 1930 ao ano de 1937, principalmente com os pesquisadores Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, que construíram uma interpretação demonstrando que 1937 efetivava 1930 com a representação dessa história política brasileira, através da ideia de "Revolução".

Pereira (2009) traz também que a historiografia de 1930 tem se baseado em duas interpretações oriundas do mesmo período. A primeira que perdura até os dias atuais, destaca uma ruptura e intenção bem sucedida dos que chegaram ao poder, construindo uma história dita oficial que baliza até mesmo produções e revisões menos convencionais. A outra interpretação compreende o período apenas como uma troca de indivíduos no poder, interpretação simplista, pois mesmo que houvesse continuidades no aspecto político administrativo, muitas mudanças ocorreram após 1930.

Para Pereira (2009), essa fraqueza na segunda interpretação é um dos fatores que torna a primeira interpretação majoritária e mais aceitável, mesmo "com o ônus de frequentemente apagar as diversas possibilidades e alternativas históricas presentes naquele momento." (PEREIRA, 2009, p. 200).

Através de análises marxistas buscava-se romper com essa historiografia tradicional, sobretudo após os anos de 1964 e 1968, onde o período de 1930 foi retomado, enquanto Revolução, interpretado como um dos grandes momentos de mudanças do país, pensando na "Revolução Burguesa" ocorrida no Brasil.

A interpretação de Francisco Weffort (1978), na década seguinte, passou a influenciar inúmeras produções históricas posteriores, ao dar ênfase ao denominado "Estado de Compromisso". Essa interpretação mostra que, a Primeira República pertencia ao poder da burguesia cafeeira, a partir de 1930 com Vargas, o Estado passou a moderar as divergências entre os diversos grupos sociais brasileiros. Compreendendo que o período não "era fruto de uma luta entre as estruturas agrárias e a indústria, como teria ocorrido nas 'revoluções burguesas europeias', mas sim uma luta entre oligarquias e o tenentismo." (WEFFORT *apud* PEREIRA, 2009).

Ainda em 1970, com as interpretações de Boris Fausto, é ressaltado duas tradições narrativas dentro do marxismo acerca do período, uma sintetizando o episódio como a

ascensão da burguesia industrial ao poder, e a outra que o apresenta como a Revolução das classes médias. Tradições que Fausto refuta por negarem ou omitirem a presença de outras classes sociais que estavam em conflito nos anos 20, que por sua vez, contribuíram para a ocorrência da “Revolução de 30”. Todavia, são narrativas que compreendiam a “Revolução de 30” como uma disputa intraclassista - uma disputa regional, culminando na saída da burguesia cafeeira e mudanças na atuação do Estado.

Essas construções juntamente com a tese de Weffort (1978), que aborda acerca do Estado de Compromisso, explicariam o período, nascendo a ideia de que 1930 foi um movimento de ruptura com o Estado oligárquico. Resumindo, sem essa hegemonia abriu-se um espaço no poder, com a incapacidade da burguesia cafeeira e das demais classes, possibilitando a formação do Estado de Compromisso.

Na década de 1980, com novas indagações sobre o período, sobretudo, acerca das descontinuidades e os caminhos possíveis dentro da demarcação 1930 a 1937. Com o objetivo de superar a dual visão: esquerda contra direita, comunismo contra integralismo, mudanças versus permanências. Destacaram-se os trabalhos de Edgard de Decca e de Carlos Alberto Vesentini, pensando a relação "entre a memória, a historiografia, o silêncio e a construção do fato '1930' por meio da ênfase em como os vencedores constroem e legitimam uma memória" (PEREIRA, 2009). Revelando que a história não era um processo único, mas um espaço de possibilidades.

Para Maria Helena Capelato (PEREIRA, 2009), a partir de 1980, o estudo sobre o varguismo e o estadonovista foram apreendidos "por meio de conceitos como: populista, bonapartista, autoritário, fascista, totalitário." Afastando-se dos enfoques deterministas e enfatizando "as liberdades de escolha e as ações dos sujeitos". Destaques que perduram até os dias atuais dentro do estudo a respeito da persistência do autoritarismo brasileiro. Este último, possibilitou o Golpe de 1964 e continua contribuindo para a falta de consolidação da democracia no país.

Alguns trabalhos mostraram a resistência dos trabalhadores e outros a sua adesão à política trabalhista. Com destaque para as pesquisas de Ângela de Castro Gomes, estudiosa já apresentada neste artigo, e que foi uma das pioneiras em pensar na participação dos trabalhadores recebendo benefícios através das políticas populistas, além da sua formação e mobilização identitária. Em pensar na recuperação das "experiências dos trabalhadores para além da história institucional", buscando romper com "os determinismos e variáveis socioeconômicas que caracterizavam os estudos sobre o populismo." (PEREIRA, 2009).

As produções até então, sob a ótica da categoria populismo, compreendia o período

como uma transição entre uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, em prol do desenvolvimento. Para tanto, a política de massas fez-se necessária para construir uma sociedade desenvolvida e democrática, afastando o populismo das concepções que o entendia como manipulação e controle de massas sem ação. Outras interpretações mostram que o período do Estado Novo, por exemplo, não pode ser visto como populista por conta do seu caráter autoritário. Um momento de inovações, mas também de continuidades na tradição política brasileira, ao valorizar as elites e excluir as classes mais abastadas.

Sendo assim, o conceito populismo foi visto, segundo Pereira (2009), como o mal do privado e do público, por ser compreendido como o "impasse para a conquista da modernidade política". Retórica ainda intacta em algumas produções acadêmicas, nos meios de comunicação e até mesmo no senso comum da população. Contribuindo para o pensamento que o atraso brasileiro se devia não a herança colonial, mas sim, ao liberalismo oligárquico. Então, numa narrativa distorcida, foi o populismo que possibilitou nossa experiência democrática.

No texto de Pereira (2009), para apresentar essas disputas, divergências e interpretações sobre esse momento, ele analisa as páginas do "Almanaque Abril". De início, da edição 1979 à edição de 1986, mostrando três grandes *boxes* explicativos: "a 'Revolução' de 1930, a biografia de Vargas e o período Vargas". O primeiro apresenta a Revolução como uma ação que seu deus por conta da crise econômica de 1929 e o desgaste político entre as oligarquias, e até mesmo com outras classes negligenciadas. A Aliança Liberal teria liderado a Revolução articulada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, solucionando os problemas políticos e econômicos.

Nessa narrativa também foi destacado a importância dos tenentes, através de suas biografias, dentro do processo da Revolução, principalmente, de Augusto Tasso Fragoso, João de Deus Mena Barreto e de José Isaías de Noronha. Militares que integraram o governo provisório.

No segundo *box* foi apresentada a biografia de Getúlio Vargas, revelando sua formação e experiência como político, trajetória comum aos políticos da Velha República. Mas seus direcionamentos no poder o diferenciou frente aos outros, uma vez que, não teria negligenciado as massas populares, se valendo delas para obter apoio em seu governo. Dentro dessa narrativa, foi Vargas que inaugurou um novo modelo político no Brasil, o populismo.

Esse governante também teria definido o movimento sindical - de cima para baixo, possibilitando reivindicações populares "e uma dependência deste movimento em relação

ao Estado". Isso resultaria no apoio e controle das massas. Além disso, aponta que uma das características de seu governo foram as ações de caráter nacionalista. Algo que o segundo *box* trata, mas "sem questionar o que constituiu e representou esse nacionalismo, associado, basicamente, a critérios econômicos, como, por exemplo, a criação do Conselho Nacional de Petróleo que, posteriormente, originou a Petrobras." (PEREIRA, 2009, p.206)

O terceiro *box* trata da "Era Vargas" em si, começando pelas mudanças econômicas e políticas, e o processo de industrialização, onde positivou-se novamente o populismo a favor da incorporação social, das classes marginalizadas e as já inseridas, marcado por uma política de concessões.

Esse último *box* também abordou acerca da Revolução Constitucionalista, primeiro conflito dentro do governo provisório em represália ao fim da política do Café com Leite e pela ausência do Estado de São Paulo nas decisões da nova administração. Esse processo culminou na "convocação da Assembleia Constituinte e a promulgação da Constituição em 1934". Onde destacou-se a intervenção do Estado na economia, as conquistas dos trabalhadores e a oposição entre duas ideologias: fascismo e integralismo.

Já o Estado Novo, dentro desse terceiro *box*, "foi definido, afinal, pela intervenção nos Estados e pela crescente preponderância do Executivo." E o seu fim foi creditado novamente ao desgaste político do governo, com a ação militar que depôs Getúlio Vargas, através dos generais que temiam a pressão popular que poderia, por sua vez, alterar o processo de redemocratização. (PEREIRA, 2009). Avançando pelas edições do "Almanaque Abril" -

A edição de 1979 explicou o golpe do Estado Novo do seguinte modo: A Ação Integralista, chefiada por Plínio Salgado, apoiava Getúlio e as medidas autoritárias que este tomava, enquanto as oligarquias tradicionais preparavam-se para substituí-lo. Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, pretendia vir a ser o novo presidente, e São Paulo apresentou um candidato para as eleições de 1938: Armando de Sales Oliveira. No dia 7/9/1937, o general Góis Monteiro enviou suas tropas para o Rio Grande do Sul, a pretexto das comemorações do Dia da Pátria, mas, na realidade, para dominar a situação. Flores da Cunha fugiu para o Uruguai e foi substituído pelo general Daltro, da confiança de Getúlio. Para resolver o problema de São Paulo a única solução era evitar as eleições de 1938. Para isso divulgou-se o Plano Cohen (corruptela de Bela Kuhn – antigo líder comunista húngaro), do general Olímpio Mourão Filho. O plano, que divulgava os objetivos de um suposto golpe comunista, tinha como meta criar um clima de terror entre a população, para justificar um golpe que permitisse a Getúlio continuar no poder (...). Getúlio havia marcado o golpe para o dia 15 de novembro, mas, no dia 9, foi lida na Câmara dos Deputados uma denúncia feita pelo candidato paulista, que pedia o apoio dos chefes militares para a "legalidade sobreviver". O golpe tinha sido revelado. Na manhã do dia 10, o Exército e a polícia militar cercaram a Câmara e o Senado. Nesse mesmo dia, Getúlio Vargas outorgou a nova Constituição, redigida em 1936 por Francisco Campos. O golpe do Estado Novo havia instituído novo regime no país. (PEREIRA, 2009, p. 207-8).

Na edição de 1994 os conteúdos já discutidos a respeito do período, assim como seus argumentos, foram em alguns momentos esvaziados e em outros reiterados, porque se valeu das mesmas bases dentro dessas releituras. As modificações no ano de 1994 sobre a “Era Vargas”, se deram, sobretudo, ao afirmar que predominou a intervenção estatal na economia e na área social, ressaltando novamente o aspecto econômico e o processo de industrialização. Mostrando que a sociedade se organizava nos moldes capitalistas, formando a burguesia mercantil, as camadas sociais urbanas, as classes médias e o operariado.

Já na edição de 1995 buscou-se analisar o período de uma forma mais complexa, ultrapassando os fatores econômicos e políticos. Pensando na "Crise da Primeira República" que justificaria a "Revolução de 30" e a formação da Aliança Liberal. Apresentando também a biografia de Getúlio Vargas. Dentro dessa produção

O conceito de populismo é usado para designar um tipo particular de relação entre o Estado e as classes sociais. Presente em vários países latino-americanos no pós-guerra, o populismo caracteriza-se pela crescente incorporação das massas populares ao processo político sob controle e direção do Estado. A intervenção estatal na economia com o objetivo de promover a industrialização também cria vínculos de dependência entre a burguesia e o Estado. No Brasil, o populismo começa a ser gerado após a Revolução de 30 e se constitui em uma derivação do regime autoritário criado por Getúlio Vargas. (PEREIRA, 2009, p. 209).

Nas edições dos anos 1996 e 1998, foram apresentados dois verbetes sobre esse momento histórico: “Revolução de Trinta” e “Estado Novo”. O primeiro aponta a tomada de poder em 1930, como o encerramento da Velha República e a ascensão de Vargas à presidência. Enquanto, no verbete “Estado Novo” é observado esse período como um regime ditatorial conduzido por Getúlio Vargas a partir do ano de 1937 (quase dois anos antes da Segunda Guerra Mundial).

Na edição de 1999 do “Almanaque Abril” é destacado a Intentona Comunista, suas repressões e as leis trabalhistas. Estas últimas foram compreendidas "como uma estratégia: para conquistar os trabalhadores e transformá-los em base de sustentação política." (PEREIRA, 2009).

Fazendo um compilado das narrativas do “Almanaque Abril”, em todos os anos os sujeitos históricos foram bem amplos, enquanto o Estado exercia o papel "transformador e controlador", sendo Getúlio o "agente central do processo histórico". As constituições também foram temas recorrentes nas edições, revelando sua função fundamental dentro desse processo.

A Constituição de 1934 se destacaria pelo aspecto liberal, inspirada na República de Weimar, com a assimilação das mudanças dos novos códigos eleitorais de 1932. Já a

Constituição de 1937 sobressai pela "centralização do poder político, a concentração de poderes no Executivo, a extinção dos partidos políticos e a instituição da pena de morte." (PEREIRA, 2009, p. 211).

Para Ferreira (2017), essas produções se valeram da teoria populista, ressaltando a dicotomia entre classes e a intervenção do Estado, principalmente nas camadas mais populares, para mantê-las inertes, mostrando o Estado como controlador e concessor. No "Almanaque Abril" poucas vezes foi tratado a respeito das leis trabalhistas como conquista dos trabalhadores, com exceção a edição de 1996, que trouxe a percepção de que as leis foram conquistadas por meio das reivindicações e não concessões, algo simplesmente dado. Mas o uso dos verbos "ganhar e atender", acabaram por diminuir o papel dos movimentos sociais. Enquanto os aspectos destacados no período - Estado Novo, foram:

[...] avanço nas políticas sociais e econômicas, sobretudo através da implantação de uma ampla legislação trabalhista para os trabalhadores urbanos e de apoio à industrialização, mediante projetos oficiais na área siderúrgica e petrolífera. (PEREIRA, 2009, p. 212)

A edição de 2006, seguiu a mesma ideia da edição de 1995, destacando as leis trabalhistas, lutas sindicais e o salário mínimo instituído por Vargas. Vale ressaltar que, a partir de 1990 a historiografia passou a compreender "as experiências históricas concretas, as possibilidades e as diversas historicidades do período" (PEREIRA, 2009), apontando que alguns aspectos políticos da época de Vargas e persistentes, dificultam a efetivação das práticas democráticas no contexto atual da sociedade brasileira. Segundo Edgar de Decca:

[...] na crítica à memória histórica da Revolução descobriu-se a questão da democracia e, ao mesmo tempo, a historiografia, que floresceu a partir desses novos referenciais, e reivindicou no terreno da história os direitos políticos da cidadania para os rebeldes primitivos. (2004, p.28).

Mudanças de abordagem que mostram que os assuntos sobre a "Era Vargas" estavam cristalizados. Pois "o evento deixava o 'tempo presente inacabado' e começava a frequentar o 'tempo presente terminado'. Pereira salienta que, essa cristalização se deu

[...] após a primeira eleição direta para presidente, em 1989, depois de 30 anos; após a queda do Muro de Berlim (também em 1989); após Fernando Henrique Cardoso ter dito em sua posse, em 1994, que seu governo representaria o fim da 'Era Vargas' e após a eleição para presidente da República, em 2002, na qual foi eleito ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva (constantemente denominado pela imprensa e por adversários de 'populista')." (2009, p. 212).

Para muitos historiadores críticos e conscientes, 1930 não se configurou como uma Revolução. Compreende-se melhor como um Golpe de Estado que reorganizou o sistema de poder, mantendo o povo ainda distante das decisões políticas, e conservando as disputas entre as elites, com uma leve possibilidade de reivindicações das camadas mais baixas, ao

mesmo tempo que revelou interesses classistas (a luta de classes).

Em 1930 o Estado buscou centralização, nacionalização dos instrumentos de decisão e controle, submetendo as elites políticas regionais. Formando um Estado forte e centralizador, com a ideia de que Vargas era um chefe de Estado carismático apoiado pelo povo. Omitindo a resistência que havia contra o governo.

## **VII - AS DISPUTAS ENTRE NARRATIVAS E A ABERTURA PARA NOVAS CONSTRUÇÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA**

Ao transformar uma história em memória ou em outra história simplificada e unitária, corre-se o risco de reforçar um discurso como verdade absoluta. Porém, os temas geralmente são mais complexos, mas as simplificações levam-os a uma significação única. Portanto, para Carlos Vesentini (PEREIRA, 2009) categorias como a própria "Revolução de 30" eliminam divergências de significações, defendendo que o processo fatualizador corrobora para as simplificações. Assim, os livros didáticos, filmes, novelas e outras produções semelhantes, ajudam a transmitir essa história, que vai sendo memorizada e cristalizada.

Contudo, podemos observar que esse não deveria ser o processo. Segundo Koselleck (PEREIRA, 2009), o acontecimento vai sendo atualizado de tempos em tempos, dialogando com a dimensão estrutural e conceitual. Para Pereira (2009), são os conceitos, como, "populismo' que permitem superar e compreender a massa de eventos e a singularidade de cada um". Possibilitando o diálogo entre história acadêmica e não acadêmica. Pois muitos desses conceitos testados nas análises acadêmicas se transformam em memórias. Estas, por sua vez, são apropriadas por outras narrativas. Sendo "essa dimensão conceitual, em grande parte, resultado do trabalho do consultor de história." (PEREIRA, 2009, p. 214).

Portanto, uma história completa só será constituída pela acumulação de verdades parciais, possuindo várias formas de pensar a mesma história, às vezes se valendo de narrativas consagradas e cristalizadas da historiografia. Pereira (2009) completa que, os resultados das produções históricas "não são menos verdadeiros ou menos reais". Sendo "necessário compreender e aceitar a pluralidade irreduzível das histórias". Para tanto, toda verdade deve ser compreendida como um registro validado por documentação e bons argumentos, mesmo sabendo que nenhuma narrativa vai ser capaz de ser totalmente fiel ao

acontecimento narrado. É apenas uma leitura.

Ricoeur (PEREIRA, 2009) trata da competição entre memória e história, fidelidade e verdade, não concedidas no plano epistemológico. Se valendo de Koselleck, explica que para compreender uma narrativa é preciso explicar os acontecimentos dela e os fatos relatados por ela. Em ambas, história e memória, há um esquecimento e uma conservação, ou seja, um caráter seletivo.

Por isso é importante diante das possibilidades de escolha do que contar, uma vez que, nem tudo é contado, a referencialidade, para validar o discurso histórico produzido. Todavia, todo evento marcante possui sua pluralidade, e nem sempre um olhar sobre o mesmo advindo de épocas distintas, pode ser visto como inferior ou superior, ressalta Pereira (2009).

Complementando essa discussão, De Decca em "O Silêncio dos Vencidos" (2004), analisa como se produz a memória histórica e sua elaboração nos inúmeros discursos políticos para legitimar as ações em 1930, consagradas como Revolução. Memória lembrada e consolidada pela prática historiográfica, focando nos mecanismos pelos quais os discursos políticos produziram este momento histórico em busca da legitimação.

Neste texto, De Decca (2004) também estuda aquilo que ele chama de "insucesso político", apresentado pela memória histórica através da luta de classes, mostrando as representações que cristalizaram a derrota. Portanto, o discurso "Revolução de 1930" serviria de instrumento ideológico para ocultar a luta de classes durante e após esse momento político, por meio do discurso, da prática e da memória dos que venceram, tornando-as memórias históricas. Por isso é importante que os intelectuais críticos e conscientes, façam uma desconstrução desses discursos, apresentando que através da luta de classes, a explicação dos fatos e a história, se produzem.

Para dar continuidade a esse pensamento, propõe-se desvendar essa história pela ótica dos vencidos - dos trabalhadores, uma vez que, os vencedores mostram a nação como um "sujeito histórico". Assim, essa construção produzida por uma temática que engloba os diversos sujeitos políticos, carrega as questões da industrialização, da democracia e da "Revolução". Contudo, apesar de apresentar esses sujeitos políticos aliados aos três pontos apresentados, existe uma diversidade programática, pois os sujeitos políticos são divergentes dentro do projeto político.

Diante dessas divergências dentro do projeto político, De Decca (2004)<sup>26</sup> reforça

---

<sup>26</sup>De certa forma, podemos compreender que De Decca bebeu da mesma fonte de pensamento de estudiosos como, Joaquín Torres García (1943 - "América Invertida") e, principalmente, de Miguel León-Portilla (1959 - "Visión de los Vencidos").

que o discurso "Revolução de 1930" se originou da memória do grupo dominante, e critica a continuidade desse discurso nos trabalhos historiográficos.

Como base da Revolução Burguesa, estaria 1928, momento em que as ideias políticas das diversas classes se definiram, apresentando caminhos e levando em conta sua realidade social. O projeto político que conseguiu se sagrar campeão frente aos outros (contemporâneos), foi o da burguesia industrial, que objetivava redefinir a ação do Estado e a organização da sociedade. Essa classe buscava garantir sua hegemonia mostrando que a industrialização ajudaria o progresso nacional, através da racionalização industrial para preservar a nação e estabilidade social. Outros objetivos era acabar com a organização dos proletários à nível sindical e partidário (BOC - Bloco Operário Camponês).

Dentro dessa narrativa, todo esse processo é revelado como uma oposição à oligarquia, ocultando a disputa capital x trabalho. Sendo assim, a burguesia omitiu esse tema, enquanto as oposições buscaram fortalecer o Estado para impedir a ascensão do proletariado. Compreendendo que essa Revolução buscava esvaziar o projeto operário. Enquanto, o BOC foi observado pelas oposições como um instrumento próprio a neutralizar a classe operária.

A legalidade do BOC era concedida pelos dominantes, mas só poderia ser legitimada pela classe operária. Portanto, para De Decca (2004) a participação do BOC na "Revolução" foi um tanto contraditória, participando da industrialização, fortalecimento do mercado interno, sem pensar na força da burguesia industrial, privando a si mesmo de promover a "Revolução" através do movimento operário. Deixando-se iludir pelo discurso unificador e de oposição às oligarquias, abandonando sua política, e se excluindo, historicamente falando.

A democracia dentro desse cenário, foi compreendida nos limites dos conceitos liberais e universalidade do sujeito, o povo. Algo que garantiu a participação política das classes mais baixas, o que foi favorável aos dominantes, evitando assim, as temidas lutas sociais. Podemos concluir que para De Decca (2004), a democracia através da industrialização, determinou a forma de organização do proletariado, levando ao seu "insucesso político" e destruindo seu projeto histórico político. Vale ressaltar que, por meio das práticas do BOC e das tendências operárias compreende-se as limitações das propostas políticas dos vencedores - "os revolucionários".

De Decca (2004) ainda reflete acerca da posição do intelectual perante às reivindicações de poder dos diversos sujeitos políticos. O próprio discurso acadêmico, por

exemplo, oculta seu local de origem, impedindo a crítica contra os próprios objetivos e ou temas comuns dentro das ciências humanas. Além disso, esse estudioso compreende que as buscas por poder e pelas práticas sociais dos últimos tempos, revelaram a existência de dispositivos ideológicos, sustentando a produção historiográfica e questionando o lugar do historiador dentro das produções. Requisitando sua entrada nas práticas políticas do presente.

Perante o exposto, ao analisar a trajetória do ensino de história no Brasil, é possível compreender as dificuldades que impedem a consolidação de um ensino histórico crítico, longe de uma produção apolítica, factual e consagrada como a da “Revolução de 30”. As principais pesquisas sobre o ensino de história foram consolidadas a partir da década de 1980, sobretudo após a redemocratização do país. Nas décadas seguintes novas produções e formas de abordar o ensino de história foram apresentadas e complexificadas.

A inserção do ensino de história na educação básica buscou forjar e fornecer uma história normativa, sem disputas sociais e tão pouco étnicas. Esse era o caminho a ser seguido nesse projeto político. A história apresentada deveria ser marcada pela harmonia do povo, conduzida por heróis e constar o mito da miscigenação pacífica. Formando um tipo ideal de brasileiro: ordeiro e cordial, sem o desejo de mudar a ordem social (por isso a omissão da luta de classes na "Era Vargas").

Esse pensamento e projeto começaram a ser repensados com a redemocratização. A partir de 1985 novas perspectivas educacionais foram apresentadas. Pensando também em uma nova formação e novo currículo que promovessem mudanças na educação. Assim como, a discussão do distanciamento que existia entre a prática de ensino acadêmico e a prática de ensino da educação básica.

Até 1980, os professores deveriam estar atualizados com as produções acadêmicas para reproduzi-las/traduzi-las para os alunos. De 1990 a 2000, algumas perspectivas mudaram, por meio dos diferentes níveis de educandos. Portanto a escola não era mais vista como somente reprodutora das produções acadêmicas, mas também como um espaço que buscava produzir o saber.

A década de 1980, por motivos políticos, teve por objetivo formar professores que assumissem diversas áreas da humanidade, diminuindo sua capacidade de domínio do processo de produção do conhecimento histórico. Por isso, as décadas seguintes buscaram superar esse problema tornando o professor sujeito histórico e produtor de conhecimento, possibilitando a construção de narrativas que gerassem discussões construtivas entre ele e os seus alunos. (KNACK; FRIDERICHS, 2018).

Retomando 1990 e 2000, o ensino de história ganhou novas abordagens com a questão da identidade e das memórias de diferentes sujeitos e ou grupos da sociedade brasileira. Inserido sujeitos negligenciados como, os afrodescendentes e os povos indígenas. Tornando-os sujeitos ativos em sua própria história, desconstruindo suas imagens e adicionando suas especificidades e complexidades.

Primeiramente, a intenção era afastar-se do africano apenas ligado à escravidão e do índio brasileiro genérico, idealizado, romantizado e pejorativo. Construções que corroboravam à ideia do brasileiro como um povo pacífico e ordeiro. E dentro do contexto da “Era Vargas”, buscando afastar-se do discurso do trabalhador-objeto, inferior, subordinado, sem ação e manipulável, explicitando a luta de classes - o desejo do brasileiro de ir em busca de uma verdadeira mudança socioeconômica.

## VIII - QUADRO COMPARATIVO

Após o estudo dos conceitos de Golpe e de Revolução, e dos anos correspondentes a “Era Vargas”. Mediante ao retrospecto que a história tem revelado a respeito das ações, abrangências, adesões e consequências da tomada do poder por meio dessas intervenções, é possível fazer algumas conclusões em análise comparativa. Visando expor qual conceito se aproxima mais das ocorrências do período trabalhado nesta pesquisa.

		<b>GOLPE DE ESTADO</b>	<b>REVOLUÇÃO</b>	<b>ERA VARGAS</b>
<b>Ação</b>	Tomada do poder pela força.	<b>X</b>	<b>X</b>	<b>X</b>
<b>Como Ocorre</b>	Marcada (geralmente) por violência e até mesmo por uma Guerra Civil.	<sup>27</sup>	<b>X</b>	
	Se vale de aparelhos do próprio Estado para efetivar a ação.	<b>X</b>		<b>X</b>

<sup>27</sup>Apesar da história mostrar que a violência não é muito comum dentro de um Golpe de Estado, há casos e casos, como, por exemplo, um presidente morto durante esse ato intervencionista. Não evidenciar essa possibilidade, é promover uma ideia de ação pacífica, o que nem sempre condiz com a realidade.

<b>Objetivos</b>	Fornecer mudanças profundas não somente políticas, mas também jurídicas, sociais e econômicas.		<b>X</b>	
	Tem o objetivo de chegar ao poder sem muitas conotações políticas ou socioeconômicas.	<b>X</b>		<b>X</b>
<b>Quem Participa</b>	Tem como atores principais: um soberano ou titulares do poder político legal, funcionários públicos (ex.: militares). Ou seja, alguém da elite que já possui algum poder ou influência.	<b>X</b>		<b>X</b>
	Maior apoio ou adesão popular, às vezes associado a outros setores.		<b>X</b>	

## IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual, experimentamos o presente sob a ótica do atualismo. Afinal, na Sociedade do Conhecimento e da Informação exige-se que nós estejamos atualizados o tempo todo, bem informados e por dentro das tendências. Nessa realidade, surgem várias informações e notícias simultâneas, e nem todas são filtradas pelos cidadãos. Muitas são

recebidas, avaliadas como fatos e compartilhadas.

Se estar atualizado tem um lado positivo, como usar as novas tecnologias e redes sociais disponíveis para divulgar histórias seletivas, críticas, reflexivas e obter informações de qualidade e credibilidade. Em contrapartida, o lado imediatista desse fenômeno, traz a desvalorização das ciências, a valorização de narrativas negacionistas e revisionistas, com a inserção da pós-verdade e a dissipação de *fake news*.

E foi desse "sintoma das transformações contemporâneas do tempo" - o atualismo (ARAÚJO; PEREIRA, 2018), que produções que trazem perspectivas distorcidas (sem a pretensão da busca pela verdade) sobre a História do Brasil, sobretudo, positivando (nostálgicas às) intervenções políticas e transformando Golpes de Estado em Revoluções, têm se valido para se popularizar.

O momento do Brasil é nebuloso<sup>28</sup>, e a história revela que as crises do país não costumam ser resolvidas de maneira consciente e democrática. Por isso, julgamos importante estudar os conceitos de Revolução e de Golpe, com o objetivo de possibilitar o uso correto dos mesmos dentro dos próximos capítulos que a história brasileira venha a apresentar.

Trazendo à luz a tradição de Golpes na República do Brasil, onde esses, de tempos em tempos, se apresentam como alternativas em nossa sociedade. Apresentamos 1930, que até hoje consegue se consagrar, como, Revolução, baseando-se na ruptura institucional, as leis e políticas trabalhistas aprovadas. Além disso, foi um momento histórico atípico. A classe operária entrou em cena, com mais abertura política. Antes, as demandas que geravam crises, eram horizontais, de uma elite para a outra. Agora, também possuíam um sentido vertical, das classes mais baixas para os dominantes.

Em comparação ao fato citado, o período de 1964 (Ditadura civil-militar), onde as lideranças vitoriosas desse movimento tentaram promover a fase, como, revolucionária (Revolução). De início o projeto deu certo, mas com o tempo, a mesma, foi consagrada como Golpe, através dos estudiosos e da própria imprensa e opinião pública, outrora favoráveis a intervenção.

---

<sup>28</sup>Momento de medo, desorientação e crise, em que Bolsonaro, atual presidente, se aproveita, mais uma vez, para atacar a democracia, ainda vigente no país. Porém, em meio a tantas notícias ruins, e ataques bolsonaristas, temos um novo suspiro. A Polícia Federal, através de um inquérito instaurado pelo STF, começou a investigar seus apoiadores. E para um efeito dominó começar, e derrubar um por um, basta uma peça cair. Um fôlego de esperança, frente a um presidente que tem desdém pela vida humana e vocação ao autoritarismo. Acreditamos que seus crimes, principalmente, contra a vida, durante a pandemia, devem ser analisados e julgados, mas às portas das eleições, não vemos um novo *impeachment*, como uma saída correta diante dessa situação. Alternativa a qual muitos opositores são favoráveis. Afinal, Golpe é Golpe! A troca de governo deve ocorrer nas urnas, em 2022.

Seguindo a comparação, um golpe ocorreu contra um governo liberal-oligárquico (1930) e o outro, contra um governo liberal-democrático (1964). Em 1930, o poder moderador se apresentou através da “burocracia técnica federal”. A partir de 1964, o poder moderador foram as forças armadas. Em ambos, o elemento militar foi importante (elite tradicional) e se mostraram a favor da “modernização” do país.

Em uma história mais recente do Brasil, demarcadamente, em 2016 (*impeachment*)<sup>29</sup>, os pactos judiciários ativistas, foram os mediadores. Mostrando que esses “poderes” se apresentam como moderadores, dentro dos conflitos e das crises, colocando-se a favor de uma Agenda Nacional. O ano de 2016 também evidenciou que o Golpe ainda não foi superado no Brasil. Vale ressaltar que, a lei usada no *impeachment* da Dilma Rousseff é do ano de 1950, oriunda de 1948 (PSD-UDN).

Um Golpe, em geral, envolve uma convergência de fatores e oportunidades, e vem apoiado de um discurso manipulado, cheio de ambiguidade e que se afasta de políticas mais democráticas. Ou seja, uma defesa da ordem que desrespeita as constituições - “pactos que fundam uma sociedade”. Governos golpistas, não gostam de ser chamados como tais, por isso sempre usam o sentido “positivo” e antigo do conceito de Golpe de Estado, para justificar o feito. Normalmente, contra o “Perigo Vermelho”, o velho medo advindo da falta de compreensão do brasileiro, com relação ao comunismo ou o socialismo científico.

Golpes e crises, nem sempre estão ligados, historicamente falando. Para quem pratica o Golpe, o ato se autojustifica, mesmo indo contra a democracia e, assim, acirram-se as divisões políticas. Nem sempre as demandas são abruptas ou radicais, que justifiquem o “medo” de uma alteração estrutural nas relações socioeconômicas, já existentes.

Mesmo antes de esgotar o ciclo de negociação, a força reacionária age, principalmente, frente à “inabilidade dos governos vigentes” e, às vezes, em conjunto com a pressão popular (manipulada), transformando uma crise política em uma crise de regime, aplicando o Golpe ou promovendo a “Revolução”. Antes disso, as instituições deveriam se abrir para a barganha, para se reorganizar e atender algumas demandas pontuais. Porém, preferem se abrir ao golpismo, contra o “excesso de democracia”.

Mais do que uma pesquisa acerca de um passado recente da história do Brasil e uma

---

<sup>29</sup>Segundo Freixo (2018), alguns dos críticos do uso ampliado da palavra Golpe, recusam-se a denominar esse acontecimento como tal, pois não houve uma “ruptura institucional”, tão pouco uma tomada do poder pela força militar. Portanto, compreendendo a definição clássica de Golpe.

história dos conceitos<sup>30</sup>, esse estudo apresentado busca refletir sobre o presente do país e algumas projeções futuras. Por isso, dentro dessas considerações finais, ousamos expandir um pouco o tema, por meio de outras reflexões ainda não tratadas ao longo do trabalho.

Na conferência ministrada no Décimo Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, Francesca Gargallo<sup>31</sup> (2018) ressaltou a importância da história no presente e do presente na história<sup>32</sup>. Mostrando que um dos maiores riscos que o historiador corre é não levar em conta seu presente.

Nessa conferência também foi evidenciado a importância da memória pública, como uma arma poderosa contra governos não democráticos e golpistas. Gargallo (2018) nos fez um alerta: não pensar sobre o passado, a história e não ter memória histórica social - nos desumaniza e nos impede de atuarmos criticamente no contexto vivenciado.

Para a estudiosa se faz necessário a construção da memória pública, como forma de ataque aos regimes antidemocráticos advindos de Golpes - movimentos que podem ser compreendidos como uma reação da classe dominante diante de uma crise profunda no sistema capitalista (crise econômica). Ou seja, são ditaduras provindas das elites e de forças reacionárias, que mexem na economia, sociedade e política (não de forma positiva ou profunda). Por isso, frente ao cenário mundial, perante a crise e pandemia instauradas, esses movimentos nunca estiveram tão em alta e ganhando força (adeptos).

Em várias partes do globo, vemos a ameaça de partidos e movimentos de caráter fascistas e ultraconservadores, em “combate” à crise, desde, sobretudo, a recessão econômica iniciada em 2007, intensificada novamente em 2014 e agora com a pandemia devido à Covid-19. Esses movimentos surgem com discursos populistas, cheios de sentimentos: nacionalistas, patrióticos, trazendo xenofobia e levando o cidadão de cada país a reivindicar a soberania nacional. Eles também buscam usar a comoção dos setores mais

---

<sup>30</sup>A história dos conceitos (em alemão: Begriffsgeschichte), também chamada de história conceitual, é um campo da História voltado para a análise histórica dos conceitos. O surgimento da história dos conceitos como proposta metodológica no contexto alemão remete aos séculos XVIII e XIX; no entanto, esta abordagem só adquire o estatuto de uma disciplina autônoma dentro da grande área da História em meados do século XX, quando sua teoria e metodologia são sistematicamente estabelecidas em torno de alguns princípios centrais, tais como a distinção entre conceito e palavra, a utilização dos conceitos de sincronia, diacronia, semasiologia e onomasiologia, ambos importados da linguística, assim como a formulação do Sattelzeit, entendido como um período histórico equivalente ao advento da modernidade, no qual diversos conceitos sociais e políticos teriam passado por profundas transformações semânticas." (História dos Conceitos *in* Wikipédia).

<sup>31</sup>Francesca Gargallo é uma escritora italiana, feminista e docente, que desenvolve seu trabalho principalmente no México e América Latina. Costuma abordar questões feministas, como estética, além de criticar as artes visuais. Informações retiradas do verbete da Wikipédia.

<sup>32</sup>"Haja vista que o tempo presente inacabado é o tempo em que os historiadores não têm o monopólio da história". (PEREIRA, 2009, p. 218).

populares, enfatizando a nação, o “bem comum”, antes dos direitos individuais.

O que mais choca neste tipo de regime é o sentimento de aversão a valores contrários ao do movimento, a chamada intolerância, o que gera o aumento da violência. Essa política e filosofia também trazem retrocessos, onde as mulheres são uma das que mais sentem seus efeitos. O governo antidemocrático oriundo de Golpes adapta-se às particularidades de cada país e sua sociedade, sendo que o desespero frente à miséria e a insegurança da existência, são combustíveis para muitos serem vítimas da sua demagogia social.

Olhar a história do Brasil revela que as classes dominantes já buscaram salvação nesses regimes diante de uma crise, instalando a ditadura do capital. Em prol de novas formas de controle e domínio para gerar a desmobilização dos setores populares. Esses sistemas em crise recorrem às ferramentas manipuladoras e coercitivas para conter o avanço das classes mais populares, trazendo valores conservadores e disciplinarização.

Para frear este processo de anti-democratização e de defesa às intervenções, segundo Gargallo (2018), antes de qualquer frente socialista, se faz necessário uma conscientização histórica. Conscientização que mostre que o golpe desencadeia uma guerra de extermínio contra organizações trabalhistas e revolucionárias. Da guerra nunca se desenvolve algo bom, positivo e nem progressista. Além de ser simplesmente uma derrota para a cidadania e democracia. Há em contrapartida: perseguições, prisões, humilhações e desaparecidos - uma política de medo e terror.

Os governos golpistas que se instauraram no Brasil e em outros países no século XX, ao se tornarem ultrapassados, foram dando espaço à democracia para adaptarem-se ao contexto que se estabelecia. As mesmas autoridades que trouxeram esses regimes, também participaram do processo de transição, gerando um grande problema. Pois assim, houve a possibilidade de ocultar o passado sombrio, os vestígios do Golpe, a verdadeira história. Sem passado – não há reabilitação e, principalmente, não há medo dessas intervenções.

Mais do que nunca, o Brasil precisa superar o passado (Golpe) para que o futuro (Revolução), verdadeiramente, se acomode em seu lugar. Valorizando a história e a memória pública, pois a historiografia científica tem enorme relevância, para formar a consciência histórica, enquanto estatuto científico e ciência hermenêutica. Buscando assim, colocar fim no ciclo de Golpes no país.

## X - REFERÊNCIA

[1] 24 DE OUTUBRO DE 1930 - Fim de Um Ciclo. *In:* Memória O Globo. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/fim-de-um-ciclo-8894245> Acesso em: 22 de Jun. de 2021.

[2] 1945 JORNAL O GLOBO "O GLOBO DIANTE DO PRESIDENTE DEPOSTO". *In:* A Casa do Velho. Edição de 30 de Outubro de 1945. Disponível em: <https://www.casadovelho.com.br/1cb0f5/1945-jornal-o-globo-o-globo-diante-do-presidente-deposto-edicao-de-30-de-outubro-de-1945> Acesso em: 22 de Jun. de 2021.

[3] A REVOLUÇÃO DO BRASIL - A Entrada Triunfal de Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. *In:* Diário de Notícias. Rio de Janeiro, 01 de Novembro de 2018. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-nov-2018/a-revolucao-do-brasil-10117401.html> Acesso em: 04 de Ago. de 2021.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932. *In:* Wikipédia. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o\\_Constitucionalista\\_de\\_1932](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_Constitucionalista_de_1932) Acesso em: 23 de Jun. de 2021.

ARAÚJO, Valde; PEREIRA, Mateus. **Atualismo 1.0:** Como a Ideia de Atualização Mudou o séc. XXI. Espírito Santo: Editora Milfontes/ Mariana: Editora SBTHH. 2018.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário Político** - Vol. I. ed. 11ª. Brasília: Editora UnB. 1998.

CALIL, Gilberto Grassi. **Eli Gaspari e a Ditadura Brasileira:** Uma Interpretação Revisionista. *In:* MELO, Demian Bezerra de (org.). A Miséria da Historiografia: Uma Crítica ao Revisionismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DE DECCA, Edgar Salvadori. **1930 - O Silêncio dos Vencidos** - Memória, História e Revolução. 6ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

DEMIER, Felipe Abranches. **Populismo e Historiografia na Atualidade:** Lutas Operárias, Cidadania e Nostalgia do Varguismo. *In:* MELO, Demian Bezerra de (org.). A Miséria da Historiografia: Uma Crítica ao Revisionismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

DOMINGUES. Joelza Ester. **Outubro de 1930:** A Revolução, Rebelião ou Golpe que Mudou o Brasil. *In:* Ensinar História. 2017. Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/outubro-de-1930-a-revolucao-que-mudou-o-brasil/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues Acesso em: 15 de Jun. de 2021.

[4] ESTOUROU, HONTEM, ÀS 17:12 HS, O ESPERADO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO NESTA CAPITAL. *In:* Correio do Povo. Porto Alegre, 04 de Outubro de 1930. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/323766660699911638/> Acesso em: 04 de Ago. de 2021.

FERREIRA, Jorge. **O Nome e a Coisa.** *In:* FERREIRA, Jorge (org.). O Populismo e Sua História: Debate e Crítica. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FRANCESCA GARGALLO. *In:* Wikipédia. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Francesca\\_Gargallo](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Francesca_Gargallo) Acesso em: 30 de Jun. de 2021.

FREIXO, André de Lemos. **Sobre o Conceito de Golpe:** Um Quase-Manual Para o Usuário. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2018.

GARGALLO, Francesca. **O Perigo do Retorno do Fascismo e a Memória Pública**. In: Décimo Seminário Brasileiro de Teoria e História da Historiografia - Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. 2018.

GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice/IUPERJ, 1988, p. 85-137.

HISTÓRIA DOS CONCEITOS. In: Wikipédia. Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_dos\\_conceitos](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_dos_conceitos) Acesso em: 19 de Jun. de 2021.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão; FRIDERICHS, Lidiane. **História do Ensino de História no Brasil**. Tendências, Continuidades, Rupturas. In: Revista Outras Fronteiras, Cuiabá-MT, vol. 5, n. 1, jan./jul., 2018 ISSN: 2318-5503.

KOSELLECK, Reinhart. **Historia Magistra Vitae**. In. Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Puc-Rio, 2006.

LOURENÇO NETO, Sydenham. **Golpe de Estado**. In: (org) ORTEGA, Any; SILVA, Stanley Plácito da Rosa. Dicionário de Conceitos Políticos - São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista. 2020.

MALAPARTE, Curzio. **Técnica do Golpe de Estado**. 1931.

NAPOLITANO, Marcos. **Golpe de Estado: Entre o Nome e a Coisa**. In: Estud. av. Vol. 33, nº 96, São Paulo, 2019. (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, Brasil).

OSWALDO ARANHA. In: Wikipédia Disponível em: [https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Oswaldo\\_Aranha](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Oswaldo_Aranha) Acesso em: 23 de Jun. de 2021.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **1930-1945: Os "Anos" Vargas**. In: A Máquina da Memória - O tempo presente entre a história e o jornalismo. São Paulo: EDUSC, 2009.

PEREIRA, Mateus Henrique Faria. **Nova direita? Guerras de Memória em Tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)**. In: Scielo/Varia hist. vol.31 n.57 Belo Horizonte Sept./Dec. 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-87752015000300863&lng=en&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000300863&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 18 de Jun. de 2021.

ROCHA, Alexandrina Paiva da. **Revolução**. In: (org) ORTEGA, Any; SILVA, Stanley Plácito da Rosa. Dicionário de Conceitos Políticos - São Paulo: Instituto do Legislativo Paulista. 2020.

ROSANVALLON. Pierre. **Por Uma História do Político**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2010.

[5] SILVA, Sezario. **1930 - A Revolução de Vargas**. In: Hora do jornal. Jornal Digital, 21 de Fevereiro de 2000. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/1930-a-revolucao-de-vargas/> Acesso em: 04 de Ago. de 2021.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A Verdade Sobre a Revolução de Outubro 30**. 2ª ed. Alfa Ômega, 1975.

## XI - LEITURA COMPLEMENTAR

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global Editora, 1984.

RODEGHERO, C. **A Anistia de 1979 e Seus Significados, Ontem e Hoje**. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 172-185.

WEFFORT, Francisco. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.